



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS CHAPECÓ
CURSO DE ADMINISTRAÇÃO**

JULIANA CAPELEZZO

**SUSTENTABILIDADE NAS ORGANIZAÇÕES COOPERATIVAS:
O CASO DA COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL ALFA – UNIDADE DE CAXAMBU
DO SUL/SC**

**CHAPECÓ
2016**

JULIANA CAPELEZZO

**SUSTENTABILIDADE NAS ORGANIZAÇÕES COOPERATIVAS:
O CASO DA COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL ALFA – UNIDADE DE CAXAMBU
DO SUL/SC**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Curso de Administração da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), como requisito à obtenção do título de bacharel em Administração.

Orientadora: Prof^ª Dra. Enise Barth Teixeira

CHAPECÓ

2016

FICHA CATALOGRÁFICA

Capelezzo, Juliana

Sustentabilidade nas organizações cooperativas: o caso da Cooperativa Agroindustrial Alfa - unidade de Caxambu do Sul/SC/ Juliana Capelezzo. -- 2016.

96 f.:il.

Orientadora: Enise Barth Teixeira.

Trabalho de conclusão de curso (graduação) - Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de Administração , Chapecó, SC, 2016.

1. Sustentabilidade. 2. Organização cooperativa. 3. Gestão e educação ambiental. 4. Programas ambientais. I. Teixeira, Enise Barth, orient. II. Universidade Federal da Fronteira Sul. III. Título.

JULIANA CAPELEZZO

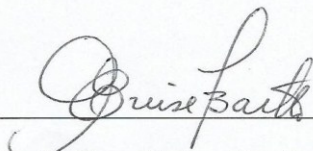
**SUSTENTABILIDADE NAS ORGANIZAÇÕES COOPERATIVAS:
O CASO DA COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL ALFA – UNIDADE DE CAXAMBU
DO SUL/SC**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Curso de Administração da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Administração.

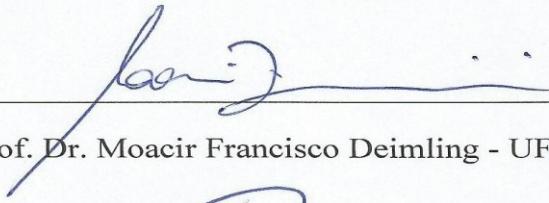
Orientador: Prof^ª Dra. Enise Barth Teixeira

Este trabalho de conclusão de curso foi defendido e aprovado pela banca em: 15/06/2016.

BANCA EXAMINADORA



Prof.^a Dra. Enise Barth Teixeira - UFFS



Prof. Dr. Moacir Francisco Deimling - UFFS



Prof. Dr. Fabricio Simplicio Maia - UFFS

Dedico este trabalho a minha família, especialmente à minha mãe Elaine, ao meu pai Wilson e à minha irmã Ana Paula, pelo apoio e dedicação.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus pelo dom da vida e por todas as oportunidades proporcionadas no decorrer da minha caminhada.

Aos meus pais, Vilson e Elaine. Vocês se sacrificaram, se dedicaram, abdicaram de tempo e de muitos projetos pessoais para que eu tivesse a oportunidade de estudar. Obrigado por fazerem do meu sonho seu sonho, pelas muitas vezes que ouviram minhas angústias, por me apoiarem nos momentos de aflição, sempre me incentivando a acreditar na realização dos meus sonhos.

A minha irmã, Ana Paula pelo companheirismo e amor incondicional, demonstrando dia após dia, de que nessa vida, nunca sozinho estará quem tem um irmão.

Ao meu namorado Andrei Sgnaulin Thiel, agradeço pelos momentos felizes e por entender minha ausência em vários momentos no decorrer desta jornada.

A minha professora orientadora Enise Barth Teixeira, pelo suporte e incentivo necessários para a execução do trabalho. Admiro-te, por ser batalhadora, persistente e acima de tudo um exemplo de profissional.

Aos demais professores do curso de Administração da UFFS, pela contínua dedicação em aprimorar o ensino e por oferecer oportunidades ímpares de desenvolvimento acadêmico e profissional.

Agradeço à UFFS pela oportunidade de fazer parte de uma Universidade que preza pela qualidade do ensino público e também pela formação cidadã de seus acadêmicos.

Aos meus amigos por tornarem meus dias mais alegres, a jornada mais leve e menos cansativa. Em especial, gostaria de agradecer minha colega e amiga Patricia Ines Schwab, pela qual sinto grande carinho e admiração. Obrigado por partilhar de tantos momentos ao meu lado, pelo companheirismo, irmandade e cumplicidade, tornando essa caminhada universitária ainda mais gratificante. Agradeço também aos meus queridos amigos Alisson, Maiara, Karine e Stela pelos bons e inesquecíveis momentos que dividimos.

Agradeço a toda à equipe da Cooperalfa pela oportunidade e disponibilidade, ao reconhecerem a importância desse estudo, abrindo suas portas para o desenvolvimento dessa pesquisa.

De forma geral agradeço a todos que estiveram em meu caminho no decorrer destes quatro anos e meio de jornada. A todos, meu muito obrigado.

RESUMO

No atual contexto, a preocupação com as questões sociais e ambientais estão exigindo uma nova postura das organizações. Uma das alternativas existentes consiste em administrar uma organização de modo sustentável, atuando de forma socialmente responsável, garantindo a qualidade de vida de todas as pessoas, preservando e protegendo o meio ambiente e ao mesmo tempo sendo rentáveis. As cooperativas são importantes agentes sociais, pelo fato de garantir retornos satisfatórios aos seus associados, melhorar suas condições de vida e desenvolver uma sociedade de maneira sustentável. A Cooperalfa vem incorporando ao longo dos anos, políticas e estratégias de gestão e educação ambiental e uma das iniciativas adotadas pela cooperativa é a implantação de programas ambientais: Papa-Sab e Papa-Agro. Neste contexto, o presente estudo tem como objetivo geral analisar a contribuição dos programas ambientais Papa-Sab e Papa-Agro para a promoção da sustentabilidade da Cooperativa Agroindustrial Alfa (Cooperalfa). Este trabalho configura-se como descritivo com abordagem qualitativa. Os procedimentos técnicos utilizados foram pesquisa bibliográfica, documental, de campo e estudo de caso. A coleta dos dados se deu mediante entrevista semiestruturada com os 39 associados integrados dos programas ambientais em estudo da filial de Caxambu do Sul e com o coordenador da área ambiental da Cooperalfa, além da consulta em documentos disponibilizados pela cooperativa. Os dados foram tratados utilizando o método de análise de conteúdo. Os resultados revelaram que existe uma relação entre os conceitos de sustentabilidade e os princípios das organizações cooperativas, no qual o desenvolvimento econômico e o bem-estar social aliam-se à preservação dos recursos naturais. No que concerne os aspectos regulatórios, a Cooperalfa desenvolve primeiramente ações direcionadas ao atendimento da legislação, e posteriormente, por consciência ambiental. Constata-se a importância da cooperativa alinhar suas políticas internas e estratégias de atuação, a gestão e educação ambiental, propiciando visivelmente o aumento da consciência ecológica em diferentes níveis e setores da sociedade. O Programa Papa-Sab tem por objetivo recolher os resíduos sólidos utilizados no manejo e saúde animal das propriedades dos associados integrados e o Papa-Agro visa recolher todos os resíduos dos produtos veterinários vendidos no balcão das agropecuárias da Cooperalfa, tanto dos cooperados, integrados e clientes que adquirem seus produtos junto a este estabelecimento. Identificou-se a contribuição destes programas frente aos órgãos fiscalizadores e financiadores, a necessidade de coletas semestrais, treinamentos e capacitações mais intensas, bem como a continuidade do trabalho de acompanhamento por parte da cooperativa e um controle intenso dos resultados obtidos nas coletas. Conclui-se que os programas ambientais Papa-Sab e Papa-Agro contribuem de forma significativa para a promoção da sustentabilidade da Cooperalfa, em detrimento da quantidade de resíduos coletados, pelo auxílio na melhoria da qualidade de vida e bem-estar dos atores envolvidos e ainda, pelos ganhos financeiros no processo produtivo e incentivos na entrega dos resíduos e embalagens.

Palavras-chave: Sustentabilidade. Organização Cooperativa. Gestão e Educação Ambiental. Programas Ambientais.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - O tríplice resultado.....	20
Figura 2 - Modelo de sustentabilidade empresarial.....	21
Figura 3 - A empresa como instituição econômica.	31
Figura 4 - A empresa como instituição sociopolítica.	32
Figura 5 - Finalidades da Educação Ambiental.....	39
Figura 6 - Unidade de análise: Caxambu do Sul.	42
Figura 7 - Área de atuação da Cooperalfa.	49
Figura 8 - Processo de trituração de lâmpadas.	62
Figura 9 - Geração de Biogás em uma unidade de criação de leitão.....	63
Figura 10 - Coleta seletiva de matérias plásticos, metal, papel e orgânicos.	64
Figura 11 - Representação de coleta de lixo armazenado em bombonas.	66
Figura 12 - Bombonas para o armazenamento de materiais disponibilizados pelo programa Papa-Agro.....	68

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Sociedade Cooperativa X Sociedade Mercantil.	26
Quadro 2 - Medidas de gestão para redução dos impactos ambientais.	34
Quadro 3 - Número de Associados Integrados em cada atividade.	43
Quadro 4 - Sistematização dos objetivos, procedimentos técnicos, fontes utilizadas e período de coleta de dados.	45
Quadro 5 - Estrutura por Regional.	50
Quadro 6 - Normativas e Órgãos Ambientais Nacionais seguidos pela Coopealfa.	52
Quadro 7 - Normativas e Órgãos Estaduais seguidos pela Cooperalfa.	54
Quadro 8 - Instituições Parceiras da Cooperalfa.	60
Quadro 9 – Acompanhamento das coletas do programa Papa-Sab.	75

LISTA DE SIGLAS

ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas

CDA - Campo Demonstrativo Alfa

CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente

COOPERALFA - Cooperativa Agroindustrial Alfa

EJACC - Encontro de Jovens Agricultores Cooperativistas Catarinenses

FATMA - Fundação do Meio Ambiente

IAP - Instituto Ambiental do Paraná

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IMASUL - Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul

OCB - Organização das Cooperativas Brasileiras

OCESC - Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina

PAPA-AGRO - Programa Ambiental Agropecuária Alfa

PAPA-SAB - Programa Ambiental Pecuário Alfa, Suínos, Aves e Bovinos

PARA - Programa Ambiental de Resíduos Alfa

SESCOOP - Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo

SISNAMA - O Sistema Nacional do Meio Ambiente

TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO TEMA E PROBLEMA DE PESQUISA	12
1.2 OBJETIVOS.....	14
1.2.1 Objetivo Geral.....	14
1.2.2 Objetivos específicos	14
1.3 JUSTIFICATIVA	14
2 REFERENCIAL TEÓRICO	17
2.1 SUSTENTABILIDADE.....	17
2.2 ORGANIZAÇÕES COOPERATIVAS.....	22
2.3 GESTÃO E EDUCAÇÃO AMBIENTAL	27
2.3.1 Gestão Organizacional	27
2.3.2 Gestão Ambiental	30
2.3.3 Educação Ambiental	36
3 METODOLOGIA.....	41
3.1 TIPO DE PESQUISA.....	41
3.2 UNIDADE DE ANÁLISE.....	42
3.3 SUJEITOS DA PESQUISA	43
3.4 COLETA DE DADOS	44
3.5 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS	45
4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	47
4.1 ASPECTOS HISTÓRICOS E ORGANIZACIONAIS DA COOPERALFA	47
4.1.1 A Cooperalfa	47
4.1.2 A Filial de Caxambu do Sul	50
4.2 GESTÃO E EDUCAÇÃO AMBIENTAL DA COOPERATIVA	51
4.2.1 Aspectos Regulatórios da Área Ambiental	52
4.2.2 Políticas e Estratégias de Gestão e Educação Ambiental.....	55
4.3 PROGRAMAS AMBIENTAIS.....	61
4.3.1 Programa de Ambiental Para-Lâmpadas	62
4.3.2 Programa Produção de Biogás	63
4.3.3 Programa Ambiental de Resíduos Alfa PARA.....	63
4.3.4 Programa Ambiental Pecuário Alfa Papa-Sab.....	64

4.3.5 Programa Ambiental Agropecuária Alfa Papa-Agro	66
4.4 PRÁTICAS, POSSIBILIDADES E LIMITAÇÕES DOS PROGRAMAS AMBIENTAIS PAPA-SAB E PAPA-AGRO	68
4.4.1 Perfil dos Participantes dos Programas Ambientais Papa-Sab e Papa-Agro e sua Relação com a Cooperalfa.....	68
4.4.2 Práticas e Possibilidades dos Programas Ambientais Papa-Sab e Papa-Agro.....	70
4.4.3 Limitações dos Programas Ambientais Papa-Sab e Papa-Agro	78
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	80
5.1 CONCLUSÃO.....	80
5.2 LIMITAÇÕES	82
5.3 RECOMENDAÇÕES.....	83
REFERÊNCIAS	84
APÊNDICE A	89
APÊNDICE B.....	91
APÊNDICE C	94
ANEXO 1.....	95
ANEXO 2.....	96

1 INTRODUÇÃO

A contextualização do tema apresentado a seguir, tem o intuito de proporcionar um conhecimento introdutório do que a pesquisa tratará, e ainda, auxiliou na formulação do problema de pesquisa, que posteriormente tornou-se o objetivo geral deste estudo.

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO TEMA E PROBLEMA DE PESQUISA

A preocupação com o meio ambiente e o desenvolvimento sustentável estão se intensificando cada vez mais e tornando-se realmente necessários, na medida em que o crescimento populacional e a expansão da capacidade produtiva requerem uma maior demanda de produtos e serviços e conseqüentemente o aumento da utilização dos recursos naturais. Frente a esse cenário, as organizações de modo geral compreendem que o seu papel frente à sociedade não é apenas gerar capital, sendo também que são agentes responsáveis pelo processo de desenvolvimento social e sustentável do ambiente no qual estão inseridas.

Independente do ramo de atuação, empresas e entidades de diversos segmentos sentem a necessidade de alinharem suas estratégias e sua gestão a um perfil sustentável, conciliando os princípios sustentáveis com a realidade de cada empresa. Sob esse enfoque, o termo sustentabilidade consiste na habilidade em desenvolver-se economicamente sem comprometer e agredir o econômico, social e ambiental preservando-os para as gerações futuras. Todavia, as organizações cooperativistas apresentam uma vantagem no entendimento da sustentabilidade em seus negócios, tendo em vista, que em suas doutrinas, pensamentos e ações, o foco já é pensado no bem-estar coletivo (MÜLLER, 2014).

Na medida em que o crescimento desigual vem amparado pelas crises econômicas advindas desde a Revolução Industrial até o avanço da globalização, o cooperativismo surge como uma importante opção que vem crescendo com autonomia, onde os indivíduos optam pelo trabalho coletivo e ajuda mútua, construindo uma sociedade melhor baseada em valores de solidariedade, igualdade de direitos e deveres, responsabilidade e compromisso.

As organizações cooperativistas têm papel fundamental na economia brasileira, essas vão além de simplesmente ser uma estratégia contra o desemprego, mas sim se tornam uma forma de promover o desenvolvimento econômico, social e também ambiental. Entender um pouco mais sobre o sistema cooperativista é entender como um grupo de pessoas se une voluntariamente em prol de interesses e objetivos comuns, a fim de alcançar objetivos

semelhantes. É um movimento, uma filosofia de vida e um sistema enraizado na busca conjunta de interesses/necessidades comuns e não do capital, que veio como uma alternativa socioeconômica que leva ao sucesso com equilíbrio e justiça entre os participantes (ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS – OCB, [2015?]).

Nesse sentido, para o presente estudo, buscou-se trabalhar com dois programas ambientais desenvolvidos pela Cooperalfa. O Programa Ambiental Pecuário Alfa - Suínos, Aves e Bovinos (Papa-Sab) que tem por objetivo recolher das propriedades dos integrados, todos os resíduos contaminantes com produtos que agridem o meio ambiente, tais como; vasilhames de medicamentos, seringas, agulhas, luvas, detergentes, entre outros. E, o Programa Ambiental Agropecuária Alfa (Papa-Agro) tem por objetivo recolher todos os resíduos dos produtos veterinários vendidos no balcão da cooperativa (logística reversa). Esse programa tem por intuito abranger todos os cooperados, integrados e clientes que compram da cooperativa, diferente do Papa-Sab, que beneficia somente os integrados.

No que concerne à educação ambiental, acredita-se em um processo educativo, permanente e contínuo, que visa desenvolver uma população mundialmente consciente e preocupada com o meio ambiente. Consiste ainda em reeducar as pessoas quanto à importância da natureza e busca desenvolver hábitos diários, práticas e atitudes que venham minimizar os problemas já existentes e prevenir problemas futuros, vivendo em harmonia com o meio ambiente (BARBIERI, 2004).

A preocupação com os efeitos sociais e ambientais causados pelas atividades empresariais exige das mesmas uma nova postura e visão ampliada de negócio. Atualmente o setor empresarial, considerado um dos principais responsáveis pelos problemas ambientais existentes, esta sendo solicitado a assumir maiores responsabilidades que visem contribuir para o bem comum e para melhoria da qualidade de vida da comunidade, tornando-se organizações mais humanas, sustentáveis e competitivas com relação aos seus concorrentes, uma vez que o mercado e a sociedade passaram a exigir esse enfoque em suas atividades.

As organizações cooperativistas primam pelo desenvolvimento da cooperativa e dos seus cooperados, almejando o equilíbrio das dimensões econômica e social, o que não difere muito do conceito de sustentabilidade, o qual visa à capacidade do ser humano em interagir com o mundo preservando o meio ambiente para não comprometer os recursos naturais das gerações futuras.

Assim, é pertinente ao presente estudo, dar resposta à seguinte questão de investigação:

Qual a contribuição dos programas ambientais Papa-Sab e Papa-Agro para a promoção da sustentabilidade na Cooperativa Agroindustrial Alfa?

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo Geral

Analisar a contribuição dos programas ambientais Papa-Sab e Papa-Agro para a promoção da sustentabilidade na Cooperativa Agroindustrial Alfa.

1.2.2 Objetivos específicos

- Caracterizar a cooperativa no que concerne seu histórico e referências norteadoras;
- Identificar os aspectos de gestão e educação ambiental da cooperativa;
- Descrever os programas ambientais desenvolvidos pela cooperativa que sejam voltados ao tripé da sustentabilidade: econômico, social e ambiental;
- Verificar quais são as práticas, as possibilidades e as limitações dos programas ambientais Papa-Sab e Papa-Agro.

1.3 JUSTIFICATIVA

Diante do crescimento econômico e o aumento da capacidade produtiva, evidencia-se cada vez mais o uso dos recursos naturais para suprir essas demandas, justificando assim a importância desse assunto para o presente e futuro das gerações, tendo em vista que estes recursos são limitados e que seu esgotamento representa uma grande ameaça para toda a sociedade. Assim, cabe ressaltar que o momento é oportuno para o desenvolvimento de estudos na área ambiental, pela temática ser atual e relevante para a sociedade.

Mais que uma oportunidade de mercado, pensar nas questões ambientais representa a conscientização e o compromisso das organizações para com a sociedade, tendo em vista que a escassez e o esgotamento dos recursos naturais constituem uma séria ameaça ao bem-estar e a qualidade de vida da humanidade. Gerir ambientalmente uma organização significa adotar em suas atividades administrativas e operacionais iniciativas que venham reduzir ou eliminar quaisquer danos ou problemas relacionados ao meio ambiente (BARBIERI, 2004).

A relevância teórica deste estudo esta no fato de apresentar uma sistematização do que tem sido escrito pelos diversos autores sobre a sustentabilidade, organizações cooperativistas, educação e gestão ambiental. Percebe-se ainda, que há uma similaridade entre sustentabilidade e cooperativismo, porém, pouco se sabe a respeito dos estudos que têm retratado em conjunto estes temas. Dessa forma, deste estudo objetivou analisar o conhecimento produzido no âmbito científico do cooperativismo em sua interface a sustentabilidade. Não menos importante é a ênfase dada a fim de analisar a contribuição dos programas ambientais Papa-Sab e Papa-Agro para a promoção da sustentabilidade, além de proporcionar a organização em estudo, um *feedback* quanto à importância destes programas para os agricultores integrados e suas possíveis limitações.

Esse estudo ainda justifica-se pela relevância de trabalhar questões ambientais no meio organizacional que visam contribuir para o desenvolvimento sustentável da mesma, mas principalmente demonstrar a responsabilidade que a organização desenvolve em prol da sociedade, respondendo de maneira efetiva e concreta, aos problemas ocasionados ao meio ambiente. Dentre os diferentes tipos de organizações, a escolha por uma cooperativa explica-se pela representatividade e importância na região e por serem responsáveis por grande parte do desenvolvimento dos municípios do Oeste Catarinense. A formação de cooperativas tem se mostrado uma opção eficaz para os pequenos agricultores comercializarem seus produtos, contrapondo com a diferença existente em relação aos grandes produtores. Além disso, um sistema cooperativo tem como alicerce pressupostos da economia solidária, almejando não apenas objetivos econômicos, mas também sociais.

A escolha pela Cooperalfa justifica-se pela representatividade que possui perante o desenvolvimento econômico regional, atuando com uma matriz na cidade de Chapecó - SC e 135 filiais espalhadas pelos estados de Santa Catarina, Paraná e Mato Grosso do Sul e ainda por atuar nos segmentos de suinocultura, avicultura, citricultura, bovinocultura de leite, recebimento e industrialização de trigo, soja e milho, fornecimento de insumos aos produtores associados e revenda de combustíveis e lubrificantes. Justifica-se ainda pela cooperativa ter demonstrado interesse quanto ao tema ambiental e por estar à disposição para o fornecimento e acesso das informações necessárias para o bom andamento da pesquisa. A escolha pela unidade Caxambu do Sul – SC justifica-se pelo número representativo de cooperados integrados aos programas Papa-Sab e Papa-Agro e, ainda por a pesquisadora ter conhecimento da localidade, facilitando dessa forma a interação com os sujeitos da pesquisa.

Aliado às razões ora abordadas para a escolha do tema, esta o interesse que o mesmo desperta na autora, a partir de algumas disciplinas cursadas ao longo da graduação em Administração na Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS, tais como: Meio Ambiente, Economia e Sociedade, Teoria Cooperativista I e II e Responsabilidade Socioambiental e ainda, pela ênfase do curso ser em pequenos empreendimentos e cooperativismo. Este estudo representa, para a autora, uma reflexão sobre a complexidade ambiental e abre uma estimulante oportunidade para compreender o quão importante e necessário é a preocupação ambiental por parte das organizações para a construção de um novo processo educativo articulado e compromissado com a sustentabilidade frente à sociedade.

Após esta introdução, que configura a primeira parte deste trabalho, segue a segunda parte que tratará do referencial teórico, com a exposição dos princípios teóricos que embasaram a pesquisa. Inicialmente são tratados os conceitos referentes à sustentabilidade e as organizações cooperativas, após, abordar-se-ão a gestão e educação ambiental.

A terceira parte é composta pela metodologia utilizada para a realização do trabalho, contemplando a tipologia da pesquisa, a unidade de análise, os sujeitos da pesquisa, a técnica de coleta de dados e análise e interpretação dos dados. A quarta parte contém os resultados e discussões, na qual são apresentados a caracterização da cooperativa, os aspectos de gestão e educação ambiental, os programas ambientais e as práticas, possibilidades e limitações dos programas ambientais Papa-Sab e Papa-Agro, suas práticas, possibilidades e limitações. Por fim, são apresentadas as considerações finais do estudo, as limitações e sugestões para pesquisas futuras.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Nesta parte serão apresentadas as principais abordagens relacionadas à Sustentabilidade, Organizações Cooperativas e Gestão e Educação Ambiental, que se constituem no suporte teórico-conceitual deste trabalho.

2.1 SUSTENTABILIDADE

Devido aos problemas que as nações capitalistas começam a sofrer, com relação à acelerada produção de bens oriundos de recursos naturais e por consequência a escassez destes, começou a surgir no âmbito global às questões relacionadas à sustentabilidade e gestão desses recursos. A preocupação envolvendo questões ambientais, tais como a preservação e equilíbrio do meio ambiente, sustentabilidade e responsabilidade socioambiental tornaram-se temas comuns e tem-se tornado motivador sido motivo para vários encontros, pesquisas, debates e acordos há décadas. Entretanto decisões efetivas precisam ser tomadas providenciadas para garantir o desenvolvimento tanto do presente, como do futuro das gerações (PEREIRA; SILVA; CARBONI, 2011).

O conceito sustentabilidade começou a ser delineado entre 5 e 16 de junho de 1972 na cidade de Estocolmo, quando a Organização das Nações Unidas (ONU) promoveu a Primeira Conferência Mundial sobre o Homem e o Meio Ambiente. Outro marco importante relacionado à história da sustentabilidade foi em 1984, onde surgiu a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, composta por dezenas de especialistas e que resultou no Relatório *Brundland* sendo que neste relatório surgiu claramente a expressão desenvolvimento sustentável definido como “aquele que atende as necessidades das gerações atuais sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atenderem a suas necessidades e aspirações” (BOFF, 2013, p.34).

Em 1991, foi editado um documento chamado de Carta Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável por uma comissão de representantes de empresas, que possui o objetivo de ajudar organizações em todo o mundo a melhorar os resultados das suas ações sobre o meio ambiente. Esta carta foi criada sobre 16 princípios da gestão ambiental e tem grande importância para o desenvolvimento sustentável, pois considera que as organizações precisam ter consciência de que deve existir um objetivo comum entre desenvolvimento econômico e proteção ambiental, tanto para o presente como para gerações futuras. Essa carta

ênfatiza ainda, que a preservação do meio ambiente e a gestão ambiental devem ser prioridades de qualquer organização (OLIVEIRA FILHO, 2004).

Em consequente, em 1992 a Assembleia das Nações Unidas convocou a Conferência sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento no Rio de Janeiro – Eco-92 ou Rio-92, com o intuito de discutir e definir medidas para enfrentar os problemas crescentes da emissão de gases causadores do efeito estufa, tendo a participação de delegações de 175 países, entre chefes de estado e ministros. Conhecida também como a Cúpula da Terra, esse encontro gerou importantes documentos, como a Agenda 21 que é um programa de ação global onde se implementou uma série de políticas e ações que tinham como eixo o compromisso com a responsabilidade ambiental e por objetivo a erradicação da miséria; e ainda, determinam que os países ricos e poluidores deveriam assumir responsabilidade pela despoluição, auxiliando os países pobres a melhorar a qualidade de vida; também a Carta do Rio de Janeiro que deixa evidente a importância de todos os Estados e indivíduos para o desenvolvimento sustentável, cooperando na missão de reduzir as disparidades nos padrões de vida e buscar atender as necessidades da maioria (BOFF, 2013).

A partir desse momento, é perceptível que começa a existir de maneira globalizada uma preocupação mais concreta no que diz respeito ao desenvolvimento sustentável tanto por parte das entidades governamentais, das organizações públicas e privadas e também por parte dos indivíduos. Conforme exposto por Boff (2013), é notável que a “história” da sustentabilidade perpassa por várias fases e momentos, tendo por consequência pontos positivos e negativos. Entretanto cabe destacar o crescimento, embora lento, da consciência da humanidade no que concerne às questões ambientais e a maior preocupação e utilização por parte do governo, dos projetos e estratégias empresariais, dos discursos ambientalistas e também pelos meios de comunicação quando se trata em desenvolver-se contemplando os três pilares da sustentabilidade: econômico, social e ambiental.

Porém, na visão de Coral (2002), a conclusão que se tem, é que pouco tem sido feito para que as nações do mundo tenham efetivamente um desenvolvimento sustentável conforme o que foi proposto na agenda 21, principalmente pelas barreiras impostas pelo sistema capitalista vigente, pela concentração de riqueza nos países desenvolvidos e o aumento da população e miséria dos países subdesenvolvidos (pobres). Frente a esse cenário, percebe-se que o alcance da sustentabilidade exigirá profundas mudanças estruturais e culturais, contrapondo os paradigmas que hoje regem os modelos econômicos e sociais.

Assim sendo, Pereira, Silva, Carboni (2011) enfatizam que é necessário, ao planejar e executar suas ações, os governos, as empresas e as organizações considerem o equilíbrio entre os seguintes aspectos no processo de tomada de decisão: Econômico (crescimento e desenvolvimento da economia), Social (atendimento das necessidades humanas) e Ambiental (capacidade de regeneração/recuperação do ambiente natural). Nesse sentido, surge uma nova concepção e visão de mundo não baseada apenas no crescimento econômico, mas sim em uma junção entre crescimento e desenvolvimento conscientes capazes de garantir a qualidade de vida de todas as pessoas e ao mesmo tempo preservar e proteger o meio ambiente.

O desenvolvimento sustentável tem por finalidade desenvolver-se incorporando a necessidade de uma igualdade entre gerações. Entretanto é oportuno deixar claro que essa eliminação de desigualdade entre gerações é um pouco mais ampla e envolve questões mais afetivas relacionadas ao bem-estar das gerações, e não simplesmente uma comparação de renda que normalmente ouve-se falar. Nessa linha de pensamento, Diniz e Bermann (2012, p. 324), salientam que:

A questão da igualdade entre gerações sob a ótica da sustentabilidade significa que cada geração deve ter o mesmo bem-estar, ou a mesma igualdade de oportunidades, que as demais. Em termos do meio ambiente, não deve haver uma deterioração desse que impeça uma geração de alcançar o mesmo bem-estar que uma geração anterior. Logo, a preservação do meio ambiente surge como uma forma de evitar o aumento da desigualdade entre gerações. Obviamente ninguém defende a preservação a qualquer custo, mas é necessário que haja critérios que norteiem o uso racional dos recursos naturais de modo sustentável.

A Sustentabilidade na visão de Pereira, Silva e Carboni (2011), consiste na crescente conscientização de todos os indivíduos para que consigam descobrir novas maneiras de promover crescimento sem agredir o meio ambiente, sem prejudicar a vida da sociedade e ameaçar o bem-estar das gerações futuras. Para Boff (2013), a sustentabilidade é toda ação destinada a manter as condições necessárias que sustentam todos os seres, especialmente a Terra viva, a comunidade e a vida humana, visando sua continuidade e ainda atender suas necessidades da geração presente e das futuras, de tal forma que os bens e serviços naturais sejam mantidos e enriquecidos em sua capacidade de regeneração, reprodução e coevolução.

O desenvolvimento sustentável, segundo Coral (2002, p. 17) “ênfatiza a melhoria da qualidade de vida para toda a população mundial, sem com isso aumentar o uso dos recursos naturais além da capacidade de suporte do planeta”.

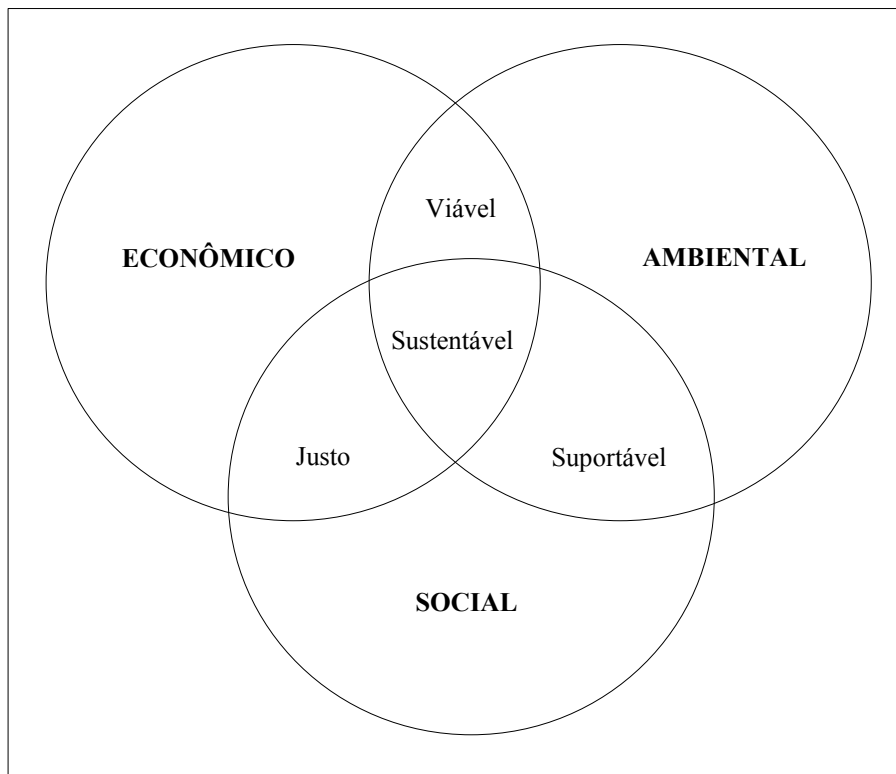
Conforme apresentado anteriormente, o desenvolvimento sustentável está fundamentado em três dimensões: Econômica, Social e Ambiental, que juntas configuram o

tripé da sustentabilidade. Foi a partir destas ideias, que o inglês John Elkington propôs em 1998, o termo *triple bottom line (TBL)* – Tríplice Resultado - para fazer referência à sustentabilidade econômica (lucro), ambiental (planeta) e social (pessoas), sugerindo às organizações avaliar e medir seu sucesso a partir destes três pilares e não apenas com base no desempenho financeiro, como geralmente acontece. Em consequência disso, quando o tríplice resultado é positivo, faz com que o valor da empresa aumente, tanto em termos de lucratividade, quanto sob seu aspecto social, humano e ambiental (PEREIRA; SILVA; CARBONI, 2011).

No tripé da sustentabilidade estão contidos os aspectos econômicos, ambientais e sociais, que devem interagir, de forma holística, para satisfazer os resultados esperados. O modelo da TBL é utilizado para nortear as organizações no direcionamento de ações e estratégias que visem à sustentabilidade. É necessário que as organizações repensem seus modelos produtivos de forma a não causarem impactos negativos ao meio ambiente e que estejam auxiliando na recuperação de áreas degradadas, e ainda, oferecendo produtos e serviços que contribuam para a melhoria da qualidade de vida (FONSECA et al., 2014).

Pereira, Silva e Carboni (2011) operacionalizam o conceito em três pilares: econômico, social e ambiental, como apresenta a Figura 1.

Figura 1 - O tríplice resultado.



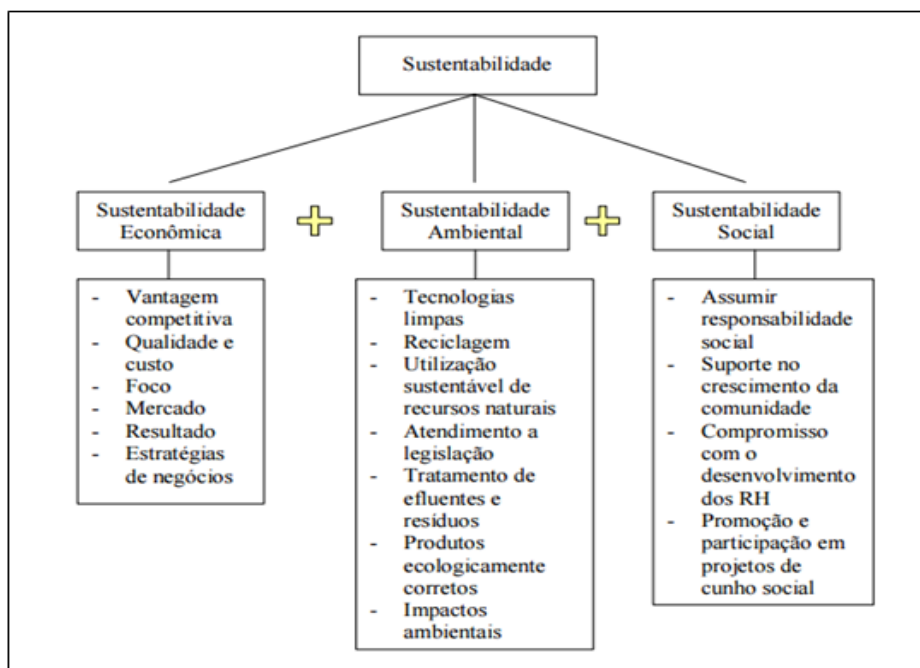
Fonte: Adaptado de Pereira, Silva e Carboni (2011).

Para que de fato o resultado sustentável seja positivo, deve-se manter o equilíbrio entre essas três dimensões, apresentando cada componente separadamente. Quanto à sustentabilidade na perspectiva social, enfatiza-se a presença do ser humano na Terra, bem como seu bem-estar e sua qualidade de vida, primando sempre pela distribuição de renda igualitária entre as pessoas. A sustentabilidade no âmbito econômico, refere-se a alocação e a gestão eficiente dos recursos e a um fluxo regular do investimento público e privado e por fim, a sustentabilidade na perspectiva ambiental diz respeito a preocupação dos impactos ambientais advindos das atividades humanas (PEREIRA; SILVA; CARBONI, 2011).

Vale destacar que em relação aos aspectos ambientais, não é possível um impacto zero, mas o esforço deve ser feito no sentido de proteger o meio ambiente, cuidar da sua vitalidade, dar a ele mais do que tem-se tirado e ter em mente que a responsabilidade em relação ao futuro depende de modelos e atitudes efetuadas no presente (BOFF, 2013).

Dentro do contexto organizacional fica cada vez mais evidente a importância de seguir modelos de negócios com base no tripé de sustentabilidade, implantando em suas estratégias, tecnologias e ferramentas que minimizem o impacto ambiental causado por suas atividades, como fator que agrega valor à organização e pode até garantir a sobrevivência do negócio, em função da acirrada competitividade nas últimas décadas. Nesse sentido, Coral (2002) apresenta um modelo que tem por objetivo contribuir para o alcance do desenvolvimento sustentável das organizações empresariais, conforme descrita na Figura 2.

Figura 2 - Modelo de sustentabilidade empresarial.



Fonseca et al. (2014) argumentam que quando uma organização tem por base os conceitos de sustentabilidade, ela possui o desafio de unir o bem-estar econômico, a equidade social e a proteção ao meio ambiente a partir de ações de longo prazo, fazendo com que as organizações desenvolvam modelos de negócios mais comprometidos com a sustentabilidade e com o futuro das gerações, passando a avaliar as consequências e impactos de suas ações no ambiente organizacional sob o viés social, ambiental e do lucro financeiro.

Por isso, quando uma organização é sustentável, ela também estará atuando de forma socialmente responsável, de maneira a atender os interesses de todos os envolvidos que afetam ou são afetados por suas atividades. Frente a isso, percebe-se uma convergência entre os conceitos de sustentabilidade e os princípios das organizações cooperativas no qual o desenvolvimento econômico e o bem-estar social aliam-se à preservação dos recursos ambientais e assim propiciam um desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras. Portanto, tornando-se pertinente trazer considerações a respeito das organizações cooperativas, além de que, o estudo foi desenvolvido em uma cooperativa, sendo discutido no tópico 2.2 deste trabalho.

2.2 ORGANIZAÇÕES COOPERATIVAS

O cooperativismo é um movimento econômico e social, entre pessoas, em que a cooperação baseia-se na participação dos associados, nas atividades econômicas, com vistas a atingir o bem comum (EDUCAÇÃO COOPERATIVA, 2011). O cooperativismo como organização surgiu na Europa, na metade do século XVII, com o objetivo de organizar as pessoas coletivamente a partir de interesses comuns, intervir em processos produtivos como organização econômica a fim de melhorar os ganhos e consequentemente a vida dos cooperados. O grande desafio dessa forma de organização, desde seu surgimento, foi aliar a união das pessoas, criando uma consciência coletiva, com a organização produtiva, buscando criar uma nova relação de trabalho em uma sociedade embasada nos princípios da solidariedade, em busca do bem-estar econômico e social (MAGRI et al., 2010).

No Brasil, o movimento cooperativista teve início em 1847, com a chegada do médico francês Jean Maurice Faivre, junto com outros imigrantes europeus, os quais fundaram a colônia Tereza Cristina no interior do Paraná. A referida colônia, mesmo não seguindo uma legislação específica de cooperativa e com pouco tempo de existência, incorporou em suas funcionalidades filosofias advindas do cooperativismo, fortalecidas nos princípios da

solidariedade e da organização, sempre com o intuito de melhorar as condições de vida das pessoas (BENATO, 1994).

De acordo com a OCB, a primeira cooperativa de consumo de que se tem registro no Brasil, foi no estado de Minas Gerais na cidade de em Ouro Preto, no ano de 1889, denominada Sociedade Cooperativa Econômica dos Funcionários Públicos de Ouro Preto. Depois, se expandiu para Pernambuco, Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul, além, de se espalhar por todo o estado de Minas Gerais (OCB, 2015).

Desde então, as cooperativas passam a ser criadas em vários setores e em diversos estados brasileiros. A história do cooperativismo no Brasil conta, desde seu início, com cinco fases. Para Abrantes (2004), a fase introdutória que vai até 1907, ano em que passa a existir a primeira lei sobre o cooperativismo. Até esta data, aconteceram experiências isoladas, tendo como base experiências trazidas de países que já praticavam o cooperativismo. O período entre 1907 e 1926, foi quando surgiram às primeiras portarias, decretos e leis específicos para cooperativas de crédito e bancos populares, caracteriza a segunda fase. A terceira fase compreende o período entre 1926 e 1964, neste momento foram elaboradas leis exclusivas sobre cooperativas desvinculando-as dos sindicatos. Em comparativo com os anos anteriores, foi nesse período em que mais se criou cooperativas no Brasil.

Entre os anos 1964 a 1988, tem-se a quarta fase, onde o cooperativismo foi controlado pelo governo e sofreu inúmeras restrições. Em 1971 foi instaurada a lei que rege as cooperativas brasileiras até os dias de hoje. Nesta ocasião, privilegiaram-se as grandes cooperativas agropecuárias e agroindustriais, que contavam com sócios de grande capital, dificultando assim as pequenas propriedades, alicerce da agricultura familiar. Na quinta fase, a partir de 1988, a nova Constituição da República Federativa do Brasil confere maiores condições e liberdade para a associação de pessoas. Outro fato importante desta última fase é a integração entre a Universidade e a filosofia cooperativista. Até o final de 2000, existiam várias universidades públicas com incubadoras tecnológicas de cooperativas sociais (ABRANTES, 2004).

No decorrer da história do cooperativismo no Brasil, três acontecimentos importantes marcaram esse momento: a criação da OCB no ano 1969, que nascia com o intuito de representar e defender os interesses do cooperativismo nacional (OCB, 2015). A instituição da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971 que compreende como Política Nacional de Cooperativismo a atividade decorrente das iniciativas ligadas ao sistema cooperativo, originárias de setor público ou privado, isoladas ou coordenadas entre si, desde que

reconhecido seu interesse público (BRASIL, 1971) e a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP) em 1998, responsável pelo ensino, formação, profissional, organização e promoção social dos trabalhadores, associados e funcionários das cooperativas brasileiras, que veio somar à OCB com o viés da educação cooperativista (OCB, 2015).

Em Santa Catarina, no ano de 1971 foi constituída a Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina (OCESC) que representaria efetivamente o Sistema Cooperativo Catarinense, para a criação e registro de cooperativas singulares, centrais e federações (OCESC, 2015). No oeste catarinense, as primeiras cooperativas surgiram na década de 20 e foram inspiradas pelas Caixas Rurais União Popular, criadas no Rio Grande do Sul. As duas primeiras cooperativas que surgiram no oeste catarinense situavam-se na cidade de Concórdia, uma atuando no segmento de consumo e crédito e outra como uma caixa rural cooperativa (MORASCO, 2007).

As mudanças da era industrial transformaram e muito a vida das pessoas, embora apresentassem muitos benefícios, proporcionalmente surgiram grandes problemas. Para Frantz (2012), o cooperativismo nasceu da reação dos problemas sociais advindos dessa época e sua organização e funcionamento refletem a compreensão que as pessoas tinham desses problemas.

Frente a esse contexto surge a filosofia do cooperativismo: uma empresa onde todos são sócios, o trabalho é para o bem comum e os deveres superam os direitos. Crúzio (2005) afirma que os princípios cooperativos são à base do cooperativismo. Esses foram aprovados e utilizados na fundação da primeira cooperativa do mundo, na Inglaterra, em 1944, e são assim descritos e divulgados pela OCB (2015):

1º- Adesão voluntária e livre - as cooperativas são organizações voluntárias, abertas a todas as pessoas aptas a utilizar os seus serviços e assumir as responsabilidades como membros, sem discriminações de sexo, sociais, raciais, políticas e religiosas.

2º- Gestão democrática - as cooperativas são organizações democráticas, controladas pelos seus membros, que participam ativamente na formulação das suas políticas e na tomada de decisões.

3º - Participação econômica dos membros - os membros contribuem equitativamente para o capital das suas cooperativas e controlam-no democraticamente. Parte desse capital é, normalmente, propriedade comum da cooperativa. Os membros recebem, habitualmente, se houver uma remuneração limitada ao capital integralizado, como condição de sua adesão.

4º - Autonomia e independência - as cooperativas são organizações autônomas, de ajuda mútua, controladas pelos seus membros. Se firmarem acordos com outras organizações, incluindo instituições públicas, ou recorrerem a capital externo, devem fazê-lo em condições que assegurem o controle democrático pelos seus membros e mantenham a autonomia da cooperativa.

5º - Educação, formação e informação - as cooperativas promovem a educação e a formação dos seus membros, dos representantes eleitos e dos trabalhadores, de forma que estes possam contribuir, eficazmente, para o desenvolvimento das suas cooperativas. Informam o público em geral, particularmente os jovens e os líderes de opinião, sobre a natureza e as vantagens da cooperação.

6º - Intercooperação - as cooperativas servem de forma mais eficaz aos seus membros e dão mais força ao movimento cooperativo, trabalhando em conjunto, através das estruturas locais, regionais, nacionais e internacionais.

7º - Interesse pela comunidade - as cooperativas trabalham para o desenvolvimento sustentável das suas comunidades através de políticas aprovadas pelos membros.

As organizações que se utilizam do cooperativismo e de seus princípios como formato de condução para suas atividades socioeconômicas são chamadas de cooperativas. Estas, além dos princípios tradicionais baseiam-se em valores de ajuda mútua e responsabilidade, democracia, igualdade, equidade e solidariedade. Para Cenzi (2012), as cooperativas são organizações empresariais de caráter auxiliar, onde uma coletividade de consumidores e produtores buscam a defesa, a melhoria e o incremento de suas economias individuais, no intuito de propiciar aos cooperados um baixo custo dos bens e prestações de serviços que necessitam, além de colocar no mercado, preços justos, dos bens e serviços por eles produzidos.

A conceituação das sociedades cooperativas está expressa na Lei nº 5.764/71, Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências, Art. 4: “As cooperativas são sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas à falência, constituídas para prestar serviços aos associados” (BRASIL, 1971). Crúzio (2005, p. 13), interpreta as cooperativas como:

[...] a união de trabalhadores ou profissionais diversos, que se associam por iniciativa própria, sendo livre o ingresso de pessoas, desde que os interesses individuais em produzir, comercializar ou prestar serviço não sejam conflitantes com os objetivos gerais da cooperativa.

O cooperativismo é um movimento internacional que busca constituir uma sociedade justa, livre e fraterna, em bases democráticas, por meio de empreendimentos que atendam às necessidades reais dos cooperados (pessoa física que se associou a uma cooperativa) e remunerem adequadamente a cada um deles (OCESC, 2015). A cooperativa, portanto é uma sociedade economicamente organizada de forma democrática, isto é, com a participação livre e igualitária dos cooperados, aos quais presta serviços, sem fins lucrativos. Neste sentido, o quadro a seguir diferencia a Sociedade Cooperativa e a Sociedade Mercantil.

Quadro 1 - Sociedade Cooperativa X Sociedade Mercantil.

SOCIEDADE COOPERATIVA	SOCIEDADE MERCANTIL
É uma sociedade de pessoas;	É uma sociedade de capital;
Objetivo principal é a prestação de serviços;	Objetivo principal é o lucro;
Número ilimitado de cooperados;	Número limitado de acionistas;
Controle democrático - um homem - um voto;	Cada ação - um voto;
Assembleias: " <i>quorum</i> " - é baseado no número de cooperados;	Assembleias: " <i>quorum</i> " - é baseado no capital;
Não é permitida a transferência das quotas-partes a terceiros, estranhos à sociedade;	Transferência das ações a terceiros;
Retorno proporcional ao valor das operações.	Dividendo proporcional ao valor das ações.

Fonte: Adaptado OCESC (2015).

Ante o exposto, a sociedade cooperativa traz em sua origem histórica a noção de trabalho conjunto, de relações sociais de trabalho. Frantz (2012, p. 14) destaca os principais fundamentos filosóficos do movimento cooperativo:

- Humanismo: valorização do homem pelo que ele é e não pelo que ele tem.
- Solidariedade: um por todos e todos por um.
- Justiça social: a cada um conforme a sua participação.
- Liberdade: autodeterminação do ser, inclusive para a cooperação.
- Democracia: cada pessoa um voto e decisão pela maioria.
- Participação: uma exigência da vida cooperativa. Todos são donos.
- Responsabilidade: responder pelas decisões e acompanhar a vida da cooperativa.

De tal modo, constata-se que o cooperativismo se fortalece em resposta às dificuldades socioeconômicas, como um fator de inclusão social cujo objetivo é fortalecer seus cooperados para a obtenção de resultados coletivos, destacando-se cada vez mais como uma opção e uma solução para o crescimento da economia.

2.3 GESTÃO E EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Na sequência será discutida a importância em seguir um modelo de gestão condizente com a realidade de cada organização, a fim de manterem-se competitivas no mercado, adotando estratégias que as auxiliem no alcance dos seus objetivos. Serão abordadas ainda, considerações a respeito da gestão e educação ambiental, como importantes ferramentas que visam à redução e a conscientização do impacto ambiental advindos da ação humana.

2.3.1 Gestão Organizacional

Vive-se em uma sociedade estruturada em torno de organizações. O bom andamento e funcionamento destas é fundamental para que tenhamos ter melhor qualidade de vida e desta forma alcançar níveis mais elevados de desenvolvimento econômico, social e ambiental. Em virtude disso, muitos esforços tem sido desenvolvidos na busca de modelos de gestão que se revelem mais adequados às necessidades inerentes de uma boa gestão organizacional, contemplando os critérios da eficiência, eficácia e efetividade (FERREIRA et al., 2009).

Não muito distante da atualidade, o objetivo primordial de qualquer organização era obter o maior retorno possível sobre o capital investido, estando sempre à frente dos concorrentes, obtendo maiores margens e fatias de mercado. No entanto, com as mudanças ocorridas no meio organizacional, além dos fatores econômicos e estruturais, outros começam a fazer parte da responsabilidade das empresas, que são as questões do meio ambiente e sociais (CORAL, 2002).

As organizações estão buscando mais intensamente alternativas e estratégias para manterem-se competitivas e capazes de enfrentar os desafios do mercado. Para Tavares (2010), a estratégia consiste em concentrar todo o esforço em um foco bem definido aumentando as chances de sucesso, buscando alternativas para conquistar e manter vantagem competitiva. A escolha de uma estratégia deve corresponder à seleção da alternativa que melhor combine tempo, risco, habilidades e recursos. Deve-se persistir na busca de alternativas estratégicas, a fim de encontrar a que melhor satisfaça a consecução da missão e a busca da visão de forma compatível com os valores de gestão vigente na organização.

Frente as constantes transformações do meio organizacional, torna-se desafiador manter as empresas nesse complexo mercado competitivo. Dessa forma, para o desenvolvimento de qualquer organização, torna-se fundamental a gestão estratégica como uma ferramenta de mudança com a finalidade de garantir o desenvolvimento e a

sobrevivência das organizações no mercado. Gerir estrategicamente uma organização é hoje um dos principais desafios dos gestores. O mercado está cada vez mais imprevisível e competitivo, aumentando a necessidade de um gerenciamento com foco numa gestão estratégica contínua.

Segundo Tavares (2010, p. 52) “a gestão estratégica abrange o processo de formulação e implementação de estratégia e a concepção e adoção de um modelo organizacional adequado à implementação das estratégias delineadas”. Complementando a ideia, Oliveira (2011) descreve que a estratégia é a ação ou caminho mais adequado a ser executado para alcançar os objetivos e metas de uma organização. Desse modo compreende-se que a gestão estratégica é uma técnica de acrescentar novas informações de reflexão e ação ordenada e continuada, a fim de analisar a posição, elaborar projetos de modificações estratégicas, acompanhar e gerenciar os passos de implementação. Tudo isso é uma forma de gerir toda uma organização, com foco em ações estratégicas em todas as áreas da empresa.

Tendo em vista a existência de um ambiente extremamente instável, devido à constante abertura de novos mercados, tornado a concorrência cada vez mais acirrada, com o rápido avanço da tecnologia e, conseqüentemente a informação, verifica-se que os modelos de gestão necessitam ser cada vez mais integrativos e as variáveis organizacionais intimamente interdependentes. Portanto, é preciso que os modelos de gestão organizacionais facilitem o alcance de níveis elevados de eficiência, eficácia e efetividade, três diferentes indicadores e complementadores que podem ser utilizados na avaliação de um modelo de gestão (FERREIRA et al., 2009).

A eficiência refere-se à avaliação da rentabilidade econômica de um projeto/programa, estabelecendo-se uma relação entre o seu custo e os resultados obtidos, ou seja, menciona a relação entre os custos necessários e o grau de alcance dos objetivos de um projeto. Por isso, pode-se afirmar que um projeto torna-se mais eficiente quanto menor for à relação custo/benefício para o atingimento dos objetivos estabelecidos (FRASSON, 2001). Em relação ao cooperativismo, Oliveira (2011, p. 313) afirma que a “eficiência é a otimização dos recursos utilizados para a obtenção dos resultados da cooperativa”.

Para Ferreira et al. (2009) ser eficiente significa desempenhar tarefas de maneira racional, otimizando a relação dos recursos gastos com os resultados alcançados e obedecendo às normas e os regulamentos aplicáveis. Portanto, pode-se afirmar que uma atividade eficiente é aquela que é bem-feita, destinando e fazendo uma boa utilização dos recursos escassos (financeiros, humanos e materiais) de maneira que se possa conseguir uma ótima satisfação

em relação às atividades e resultados atingidos. Trata-se da melhor forma de fazer algo com os recursos disponíveis.

A eficácia por sua vez, remete-se até que ponto estão sendo atingidos e alcançados os resultados, objetivos e metas de um projeto. A eficácia corresponde, portanto, à capacidade de fazer o que deve ser feito, isto é, cumprir com os objetivos determinados. Para verificar se as ações do projeto permitiram alcançar os resultados previstos, a avaliação da eficácia estabelece uma relação entre os objetivos e instrumentos explícitos de um dado programa e seus resultados efetivos (FRASSON, 2001). A eficácia, relacionada ao cooperativismo é segundo Oliveira (2011, p. 313): “a contribuição dos resultados obtidos para o alcance dos objetivos da cooperativa”.

No que concerne à efetividade Ávila (2001, p. 72) define que esta “é medida, portanto, pela quantidade de mudanças significativas e duradouras na qualidade de vida ou desenvolvimento do público beneficiário da ação que o projeto ou política foi capaz de produzir”. Na visão de Oliveira (2011, p. 313), a efetividade no sistema cooperativista “é a relação entre os resultados alcançados pela cooperativa e os objetivos propostos ao longo do tempo”. Para Frasson (2001) é um indicador imprescindível na medida em que o projeto pode estar alcançando seus objetivos (eficácia) e os recursos podem estar sendo aplicados adequadamente (eficiência), sem que o projeto esteja respondendo às necessidades ou provocando mudanças reais no público-alvo (efetividade).

Ferreira et al. (2009) ressalta que:

Para que se possa alcançar a eficiência, eficácia e efetividade organizacional, é indispensável a manutenção de coerência e compatibilidade na modelagem das diversas variáveis organizacionais. As escolhas das variáveis devem atender a critérios de sua adequação do modelo organizacional conforme a natureza da organização e sua relação com o ambiente.

Existem diversas dimensões que precisam ser consideradas no delineamento de um modelo de gestão que se revele adequado a uma determinada organização. Na visão de Ferreira et al. (2009) é fundamental que as medidas adotadas e as características assumidas pelo modelo de gestão selecionado, tenham um alinhamento sistêmico entre si. É preciso que exista coerência entre as ações e decisões tomadas, de modo que sejam compatíveis com a filosofia da gestão adotada e que não se contradigam. Um modelo organizacional que se revela excelente em um determinado contexto pode ser desastroso quando aplicado à outra situação.

Dentre os diversos modelos existentes, um modelo que vem se destacando no meio empresarial é o modelo de gestão ambiental, o qual vem propiciando visivelmente o aumento da consciência ecológica em diferentes níveis e setores da sociedade, haja vista, que sem o meio ambiente não há condições de vida e, portanto, é uma necessidade e dever preservarmos o planeta e para que isso seja efetivado, a sociedade, os governos e, principalmente as organizações têm de se conscientizar e trabalhar arduamente para a recuperação do meio ambiente.

Para que as organizações contribuam de maneira efetiva o meio onde estão inseridas, devem moldar seus processos produtivos para se tornarem-se ecologicamente sustentáveis. Para Coral (2002), isto implica em construir sistemas de produção que não causem impactos negativos ou que minimizem os existentes, que contribuam para a recuperação de áreas degradadas e ainda que ofereçam produtos e serviços que auxiliem para a melhoria da performance ambiental dos consumidores e clientes.

É importante para uma organização, portanto, definir e seguir um modelo de gestão estratégico, que melhor represente sua essência e que melhor condiz com a busca da eficiência, eficácia e efetividade que a organização almeja. Desta forma, apresenta-se, a seguir, o modelo de gestão ambiental dentro do contexto organizacional.

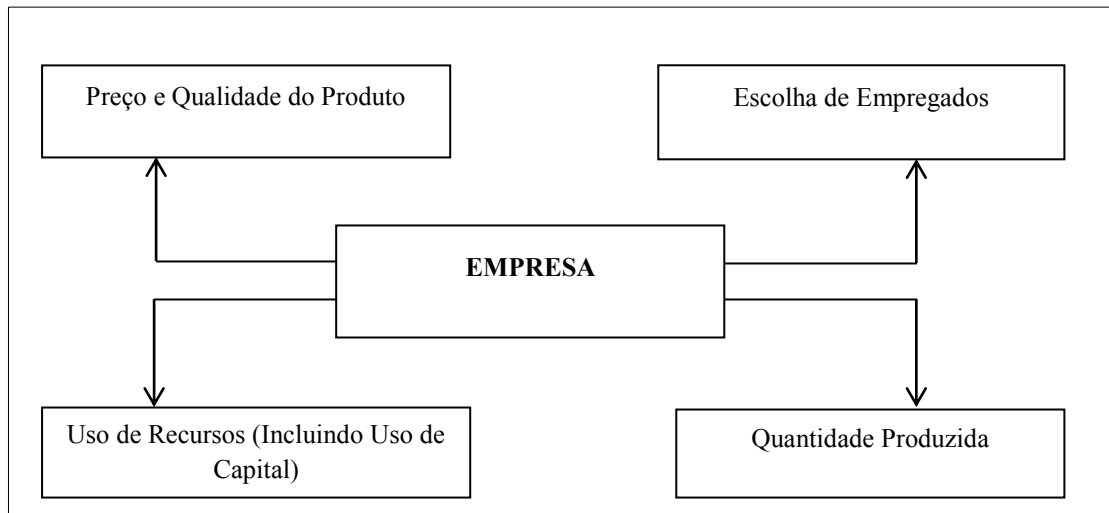
2.3.2 Gestão Ambiental

A gestão ambiental é um tema abrangente e multidisciplinar, permeando os diversos setores, instituições e indivíduos. A preocupação com o meio ambiente não é recente, entretanto foi nas últimas décadas do século XX que esta temática vem ganhando espaço na sociedade civil organizada (BARBIERI, 2011). Para Seiffert (2005), é notável que as ações que fomentaram os mecanismos de gestão ambiental nas organizações brasileiras foram induzidas especialmente pela intervenção governamental, a qual é reflexo da evolução histórica vivenciada pelo país.

Nos últimos anos, tem-se evidenciado uma mudança expressiva no ambiente onde as organizações operam. Antes as organizações tradicionais apenas eram vistas como instituições econômicas que tinham por meta exclusivamente a produção e busca pela maximização dos lucros, ou seja, produzia-se em grande escala para atender as demandas do mercado, não dando a atenção necessária para o meio onde estavam inseridas. Apensar do visível sucesso deste sistema capitalista, quando comparados e confrontados com os resultados sociais, no

que concerne a redução da pobreza, a degradação das áreas urbanas, controle da poluição, diminuição das iniquidades sociais, percebe-se que ainda a muito a ser buscado e conseguido e buscado para atingir dimensões mais amplas conforme demanda a nova tendência organizacional (DONAIRE, 2011). Uma visão das relações da empresa, enquanto instituição econômica (mecanicista) pode ser observada na Figura 3.

Figura 3 - A empresa como instituição econômica.



Fonte: Adaptado por Donaire (2011).

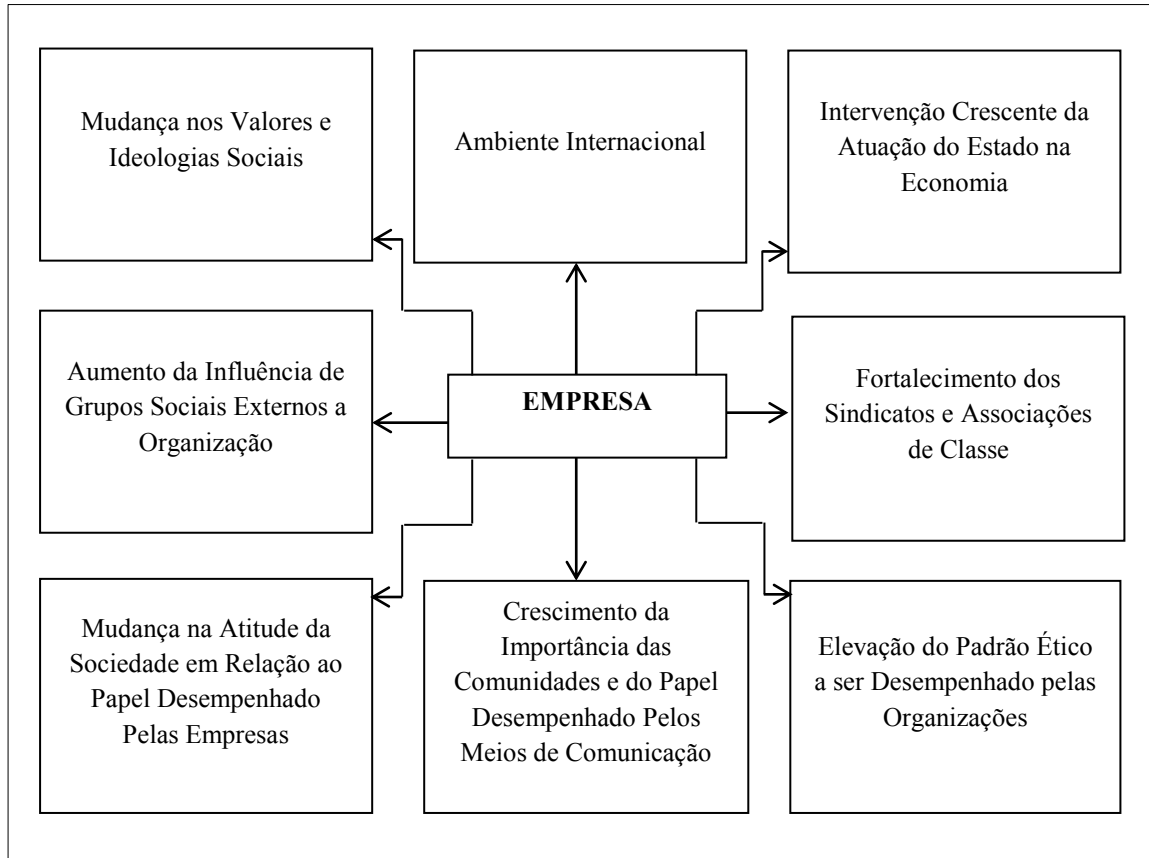
Como demonstrado na Figura 3, as empresas tradicionais, especialmente aquelas voltadas aos aspectos econômicos e maximização de lucros a qualquer “preço”, os aspectos sociais, políticos e ambientais não são levados em consideração, ou seja, são consideradas variáveis insignificantes e irrelevantes quanto ao processo de tomada de decisão. Nessa conjuntura estima-se que “o que é bom para as empresas é bom para a sociedade de maneira geral”.

Para Ferreira et al. (2009), pode-se perceber uma evolução, ao longo do tempo, da forma como percebe-se as organizações e como estas estão estruturadas. Assim, contrapondo com a visão chamada mecanicista, com ênfase na forma (algo estático, determinante) em detrimento da função, surgiu outra organização, viva, muito mais complexa e que contempla outras esferas além do econômico.

Essa afirmação pode ser observada a partir da Figura 4, onde nota-se que a visão da empresa e a sua relação com o ambiente é mais ampla, pois ela é vista como uma instituição atuante no espaço onde está inserida. Essas mudanças são resultado da quebra de paradigma tradicional seguido pelas organizações, instigando as mesmas a mudarem seu enfoque do econômico para o social, incorporando a sua cultura, missão, visão e valores ações, políticas e

diretrizes que primam pelo desenvolvimento sustentável (DONAIRE, 2011). Uma visão das relações, enquanto instituição sociopolítica pode ser observada na Figura 4.

Figura 4 - A empresa como instituição sociopolítica.



Fonte: Adaptado por Donaire (2011)

Corroborando com as ideias mencionadas, Tachizawa (2011) sugere que essa atual tendência organizacional com foco na preservação ambiental e na melhoria da qualidade de vida de todos os atores sociais envolvidos, seja permanente e definitiva dependendo cada vez mais de decisões empresarias com vista de que não há conflito entre a lucratividade e as questões ambientais, que os movimentos em prol do meio ambiente se fazem cada vez mais presentes, que os clientes e a sociedade de maneira geral passam a valorizar a preservação do meio ambiente por parte da organização, dando preferência aos produtos e organizações ecologicamente corretas. Ressalta ainda, a alteração da postura por parte do cliente, na medida de interagir com organizações que primem pela ética, pela boa imagem institucional no mercado e ainda que atuem de maneira ecologicamente responsável.

Com isso, surge um novo método de gerenciamento, que ganha cada vez mais importância no meio empresarial e pode representar a garantia da permanência das

organizações nesse cenário de extrema competitividade. Para Oliveira Filho (2004, p.105) esse novo método é denominado de gestão ambiental e,

[...] Trata-se de um método de gestão que se apoia em um conjunto de procedimentos, normas e cuidados, capaz de usufruir dos recursos naturais de maneira ambientalmente responsável, evitando impactos, ou agredi-los, de maneira irreversível. Essa nova concepção traz uma preocupação com a utilização de tecnologias limpas, a minimização do desperdício e gestão sustentável dos recursos naturais, o entendimento e adequação às leis ambientais vigentes, buscando superá-las através de ações inovadoras, com o fito de estabelecer uma prática de aperfeiçoamento contínuo e preservação do meio ambiente.

A gestão ambiental é compreendida como uma técnica de integração entre as práticas de planejamento e gerenciamento e a política ambiental que tem por intuito realizar análises e estudos, que visem o uso adequado, o controle e a proteção ao meio ambiente, a fim de serem executados, administrados e monitorados constantemente, sob uma perspectiva interdisciplinar entre os saberes e discussões ambientais (SANTOS, 2004).

Nesse sentido, pode-se afirmar que a gestão ambiental é definida como parte do sistema de gestão que compreende a estrutura organizacional, as responsabilidades, práticas, procedimentos, processos e recursos para aplicação, elaboração, revisão e manutenção da política ambiental empresarial. O objetivo é que o impacto ambiental das atividades econômicas das empresas seja reduzido ao máximo.

Para Seiffert (2005), a gestão ambiental é vista como um processo adaptativo e contínuo, através do qual as organizações definem, e redefinem seus objetivos e metas relacionados à proteção do ambiente, à saúde de seus empregados, bem como clientes e comunidade, além de selecionar estratégias e meios para atingir estes objetivos num tempo determinado através de constante avaliação de sua interação com o meio ambiente externo.

A gestão ambiental, de acordo com Epelbaum (2004, p. 48) “pode ser entendida como a parte da gestão empresarial que cuida da identificação, avaliação, controle, monitoramento e redução dos impactos ambientais a níveis pré-definidos”. Nesta mesma concepção Barbieri (2011) apresenta a gestão ambiental como diretrizes e atividades administrativas e operacionais que tem por intuito obter efeitos positivos relacionados ao meio ambiente, visando reduzir ou eliminar os problemas causados pela ação humana.

Frente aos diversos conceitos aqui apresentados sobre gestão ambiental, destaca-se que não há nenhum conceito que se sobressai ao outro, sendo assim, não existe um caminho mais correto no processo de gestão ambiental, mas sim o mais adequado para a realidade de cada organização buscando sempre a melhoria da relação entre a sociedade e meio ambiente.

Levando em consideração os objetivos do referido estudo, o qual será desenvolvido em uma cooperativa agroindustrial, se faz necessário trazer algumas considerações a respeito da gestão ambiental no setor agroindustrial. Almeida (2010) define a agroindústria, como a atividade econômica de industrialização ou beneficiamento de produtos agropecuários e tem como principal característica a conservação e transformação de matérias-primas provenientes da agricultura, pecuária, aquicultura ou suinocultura, além de extração e concentração de componentes nesses produtos a fim de lhes agregar valor de mercado. As atividades e projetos desenvolvidos pelas agroindústrias tem papel fundamental no desenvolvimento econômico do país, tendo em vista sua ampla gama de atuação e por apresentar certa originalidade em comparação a outros segmentos, decorrente de três características fundamentais das matérias-primas: sazonalidade, perecibilidade e heterogeneidade.

Nesse sentido, torna-se necessário avaliar os impactos ambientais diretos e indiretos decorrentes da atuação das atividades e serviços desenvolvidos pela agroindústria. Segundo a Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) nº 01/86, de 23/01/86 (artigo 1º), impacto ambiental define-se como:

[...] qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causadas por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que, direta ou indiretamente afete: a saúde, a segurança e o bem-estar da população; as atividades sociais e econômicas; a biota; as condições sanitárias e estéticas do meio ambiente; e a qualidade dos recursos ambientais.

Sabe-se, entretanto que existem alguns impactos ambientais que são inevitáveis frente às atividades desenvolvidas pelas agroindústrias. Portanto, cabe às mesmas buscar medidas de gestão que venham a minimizar ou reduzir esses impactos, propondo alternativas que busquem a otimização dos benefícios e a diminuição dos danos ao meio ambiente e às comunidades afetadas. Assim sendo, Almeida (2010), propõe algumas medidas de gestão que contribuem para diminuir os impactos ambientais advindos das atividades agroindustriais, conforme apresentado a seguir.

Quadro 2 - Medidas de gestão para redução dos impactos ambientais.

Impactos Ambientais Potenciais	Medidas de Gestão
<p>Alteração com a perda de perfil do solo e da flora, com modificação dos recursos naturais, culturais e sítios arqueológicos.</p> <p>Alteração da drenagem superficial durante a implantação e operação de projetos.</p>	<p>Localizar a unidade distante de áreas pantanosas, úmidas e outros habitats frágeis e ecologicamente importantes, com a finalidade de reduzir e/ou concentrar os efeitos ambientais potenciais sobre o meio ambiente.</p> <p>A vazão dos cursos d'água e/ou do manancial subterrâneo deve ser suficiente para abastecer a unidade e diluir os efluentes tratados (manancial</p>

	superficial), sem comprometer os demais usos do manancial, ou em condições geológicas de menor possibilidade de contaminação.
Contaminação das águas pela descarga de efluentes, e pela disposição inadequada dos resíduos sólidos.	<p>Controlar a qualidade dos efluentes, especialmente da temperatura, pH, níveis de óleos e graxas, sólidos totais dissolvidos e suspensos, demanda bioquímica de oxigênio e demanda química de oxigênio.</p> <p>Lançamento dos efluentes deve obedecer aos critérios legais estabelecidos em regulamentos (CONAMA nº 20/86) e diretrizes do organismo ambiental.</p> <p>No caso de tratamento por meio da reciclagem/fertirrigação, verificar as condições de absorção/capacidade do solo.</p> <p>Para o tratamento dos resíduos sólidos deve-se considerar: a capacidade do local em suportar o destino final, a existência de depósitos nas proximidades ou de aterros sanitários públicos.</p> <p>Procurar formas alternativas de reciclagem e reutilização dos resíduos sólidos, nos processos ou por outras unidades (agrícola, industriais) na região.</p>
<p>Contaminação do ar por partículas suspensas e a geração de incômodos pelos gases e odores indesejáveis.</p> <p>Vazamentos eventuais de solventes e materiais ácidos e alcalinos potencialmente perigosos.</p>	<p>Deve-se procurar locais altos em comparação à topografia dominante, de menor possibilidade de ocorrência de inversão térmica e que não se posicionem em direção favorável aos ventos predominantes às áreas habilitadas.</p> <p>Procurar técnicas de filtragem e coletores ou precipitadores eletrostáticos e verificar a manutenção dos equipamentos de controle ambiental das emissões.</p> <p>Reduzir as emissões com a adequação do processo às características das matérias-primas utilizadas e instalação de equipamentos de controle de emissões atmosféricas.</p> <p>Manutenção de condições adequadas de armazenamento e eliminação de resíduos, com a previsão de equipamentos de prevenção quanto a acidentes (vazamentos).</p>
Geração de resíduos, provocando incômodos ao redor do empreendimento.	<p>Procurar o isolamento/enclausuramento de máquinas e equipamentos, saídas de ar de câmaras frias.</p> <p>Prever projeto específico de tratamento acústico.</p>
Aumento da circulação de veículos com a geração de ruídos, pó e riscos de acidentes.	Planejamento integrado com os organismos responsáveis pelo tráfego de veículos e instalações de medidas (sinalização, cobertura de carrocerias).
Saúde e segurança dos trabalhadores, sujeitos a ruídos, poeira, manejo de materiais, efluentes e resíduos sólidos.	<p>Provisão de programa de segurança e saúde ocupacional, com detalhamento de todas as fases dos processos e suas relações com a ocorrência de acidentes e prejuízos à saúde dos trabalhadores.</p> <p>Instalação de equipamentos individuais e coletivos de prevenção e proteção a acidentes.</p>

Fonte: Almeida (2010, p. 498)

A gestão ambiental vem ganhando espaço no meio empresarial como um importante instrumento gerencial para criação da competitividade, mas, sobretudo uma estratégia de gestão para a organização demonstrar sua preocupação enquanto agente transformadora da sociedade, capaz de minimizar os riscos, evitando impactos e agressões irreversíveis ao meio ambiente e reduzindo custos pelo melhor aproveitamento dos recursos no processo produtivo e também nas aquisições, repassando aos consumidores finais produtos ou serviço mais sustentáveis. Essa nova concepção revela a preocupação com a utilização de tecnologias limpas, a minimização do desperdício e gestão saudável dos recursos. Esse novo gerenciamento representa uma estratégia benéfica para a empresa e mantém uma postura que auxilia a recuperação do planeta, através de ações que promovem o desenvolvimento sustentável.

2.3.3 Educação Ambiental

Frente ao atual cenário, busca-se uma sociedade que esteja mais motivada, mobilizada e engajada a assumir um papel mais propositivo quando se trata de meio ambiente, bem como, que sejam capazes de questionar, de forma concreta, a falta de iniciativa e de comprometimento com as questões ambientais. A atual realidade clama por pessoas que visam à proteção do meio ambiente e que fomentem o desenvolvimento sustentável num contexto de crescente dificuldade tanto em aspectos econômicos, sociais e ambientais.

De acordo com a Lei de Educação Ambiental nº 9.795 de 27 de abril de 1999, entendem-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade. Portanto, a educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não formal (BRASIL, 1999).

Na visão de Dias (2004, p.210) “um dos principais objetivos da educação ambiental consiste em permitir que o ser humano compreenda a natureza complexa do meio ambiente, resultante das interações de seus aspectos biológicos, físicos, sociais e culturais”. Ela deve facilitar a interpretação da interdependência desses elementos, a fim de promover uma utilização mais consciente, reflexiva e prudente dos recursos naturais para satisfazer as

necessidades humanas, além de favorecer em todos os âmbitos uma participação ativa, responsável e eficaz da população.

O Art. 4º da Lei nº 9.795/99 trás os princípios básicos da educação ambiental, sendo eles: I - o enfoque humanista, holístico, democrático e participativo; II - a concepção do meio ambiente em sua totalidade, considerando a interdependência entre o meio natural, o socioeconômico e o cultural, sob o enfoque da sustentabilidade; III - o pluralismo de ideias e concepções pedagógicas, na perspectiva da inter, multi e transdisciplinaridade; IV - a vinculação entre a ética, a educação, o trabalho e as práticas sociais; V - a garantia de continuidade e permanência do processo educativo; VI - a permanente avaliação crítica do processo educativo; VII - a abordagem articulada das questões ambientais locais, regionais, nacionais e globais; VIII - o reconhecimento e o respeito à pluralidade e à diversidade individual e cultural (BRASIL, 1999).

O Art. 5º da Lei nº 9.795/99, apresenta os objetivos fundamentais da educação ambiental: I - o desenvolvimento de uma compreensão integrada do meio ambiente em suas múltiplas e complexas relações, envolvendo aspectos ecológicos, psicológicos, legais, políticos, sociais, econômicos, científicos, culturais e éticos; II - a garantia de democratização das informações ambientais; III - o estímulo e o fortalecimento de uma consciência crítica sobre a problemática ambiental e social; IV - o incentivo à participação individual e coletiva, permanente e responsável, na preservação do equilíbrio do meio ambiente, entendendo-se a defesa da qualidade ambiental como um valor inseparável do exercício da cidadania; V - o estímulo à cooperação entre as diversas regiões do País, em níveis micro e macrorregionais, com vistas à construção de uma sociedade ambientalmente equilibrada, fundada nos princípios da liberdade, igualdade, solidariedade, democracia, justiça social, responsabilidade e sustentabilidade; VI - o fomento e o fortalecimento da integração com a ciência e a tecnologia; VII - o fortalecimento da cidadania, autodeterminação dos povos e solidariedade como fundamentos para o futuro da humanidade (BRASIL, 1999).

Em sua essência, a educação ambiental é um processo de aprendizado, que visa o gerenciamento e o melhoramento das relações entre o ser humano e o meio ambiente, de modo integrado e sustentável, permitindo que os indivíduos compreendam que são membros integrativos da natureza, cabendo aos mesmo, a responsabilidade de cuidar e preservar o meio ambiente (DIAS, 2004).

O Art. 6º da Lei da Educação Ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental que envolve em sua esfera de ação, além dos órgãos e entidades integrantes do

Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA), instituições educacionais públicas e privadas dos sistemas de ensino, os órgãos públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e organizações não governamentais com atuação em educação ambiental. O Art. 8º diz que as atividades vinculadas à Política Nacional de Educação Ambiental devem ser desenvolvidas na educação em geral e na educação escolar, por meio das seguintes linhas de atuação inter-relacionadas: I - capacitação de recursos humanos; II - desenvolvimento de estudos, pesquisas e experimentações; III - produção e divulgação de material educativo; IV - acompanhamento e avaliação (BRASIL, 1999).

Como abordado anteriormente, a educação ambiental é um dos instrumentos que contempla a política pública ambiental e tem como principal objetivo preparar o ser humano para viver em harmonia com o meio ambiente (BARBIERI, 2011). Frente a isso, verifica-se que a educação ambiental é um processo responsável por formar seres humanos preocupados com as questões ambientais e que busquem a conservação e preservação dos recursos naturais.

A educação ambiental deve contribuir, segundo Dias (2010), para uma melhor compreensão das interdependências entre o econômico, social e ambiental, formando cidadãos dotados de um olhar mais crítico e que ao mesmo tempo estejam engajados e dispostos a apoiar as causas sociais e ambientais respondendo de maneira efetiva as suas necessidades e desejos de melhorar a qualidade de vida.

Sob essas perspectivas, Barbieri (2011) ressalta que a educação ambiental tem como meta desenvolver uma população mundialmente consciente e que se preocupe com o meio ambiente, atuando de forma individual ou coletiva na busca por soluções dos atuais problemas ambientais e também que pense na preservação e/ou minimização dos problemas futuros. Comenta ainda sobre os principais objetivos da educação ambiental:

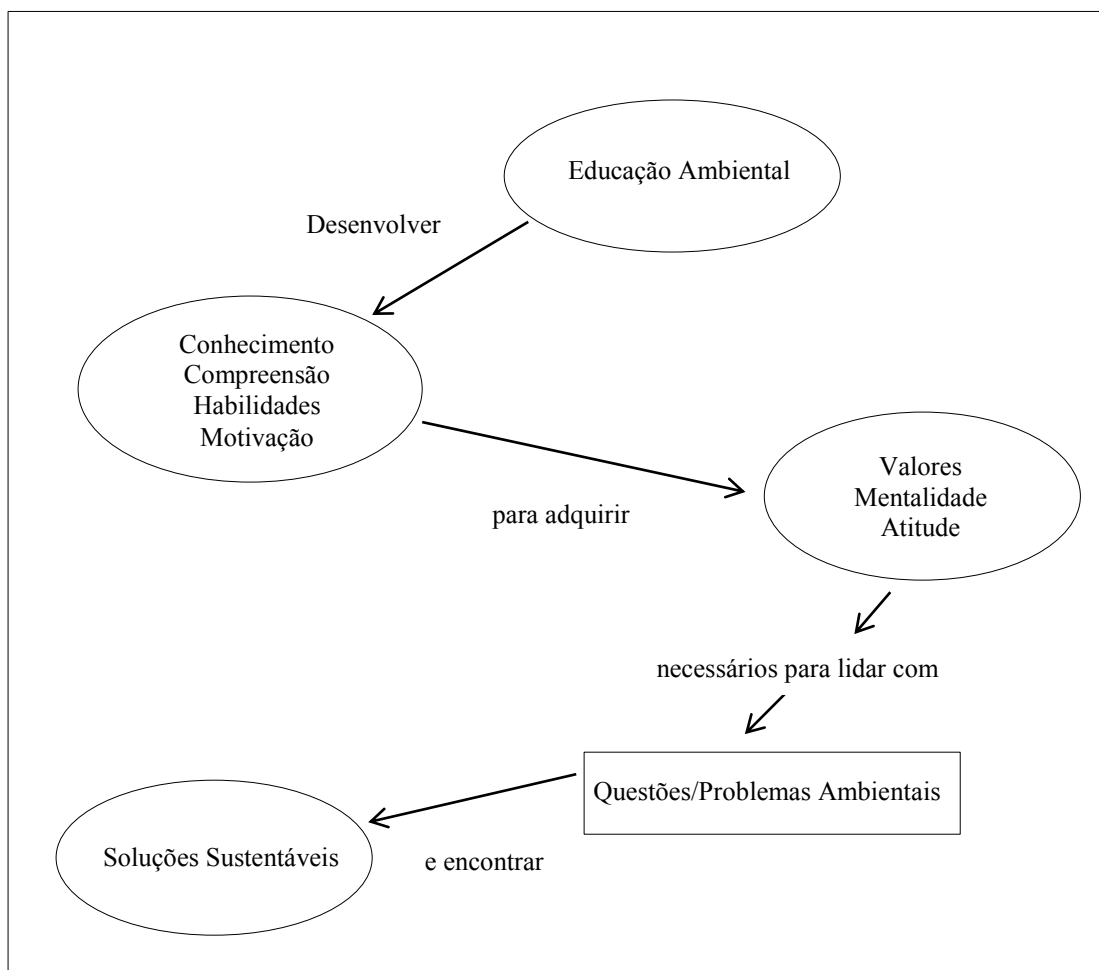
Tornar os indivíduos e grupos conscientes e sensíveis em relação ao meio ambiente e aos problemas ambientais; Proporcionar conhecimentos sobre o meio ambiente, principalmente quanto às influências do ser humano e de suas atividades; Promover valores e sentimentos que motivem as pessoas e os grupos a se tornarem participantes ativos na defesa do meio ambiente e na busca de soluções para os problemas ambientais; Proporcionar as habilidades que uma participação ativa requer; Proporcionar condições para avaliar as medidas tomadas em relação ao meio ambiente e aos programas de educação ambiental e promover o senso de responsabilidade e de urgência com respeito às questões ambientais que estimule as ações voltadas para resolvê-las (BARBIERI, 2004, p. 76).

Cabe destacar que o processo de educação ambiental vem assumindo uma função transformadora na sociedade, despertando em grande parte dos indivíduos à consciência de

que o ser humano é parte integradora do meio ambiente e que as pessoas são peças fundamentais para a promoção do desenvolvimento sustentável.

Dias (2004, p. 100) “acredita que a educação ambiental seja um processo por meio do qual as pessoas aprendam como funciona o ambiente, como dependemos dele, como o afetamos e como promovemos a sustentabilidade”. Nesse sentido, o autor apresenta um processo sistêmico de como a educação ambiental influencia em soluções sustentáveis, como pode visualizado na Figura 5.

Figura 5 - Finalidades da Educação Ambiental.



Fonte: Adaptado por Dias (2004, p.100).

Portanto, compreende-se que o papel da educação ambiental é modificar e transformar a atual condição crescente de degradação socioambiental, todavia vale destacar que ela por si só ainda não é suficiente, o que na visão de Tamaio (2000), se converte em uma ferramenta que vem a desempenhar um papel para favorecer o desenvolvimento de novos comportamentos individuais e coletivos sem superar as condições históricas atuais, não será somente a educação ambiental que resolverá os agudos e sérios problemas socioambientais.

Para Pereira, Silva e Carboni (2011), as pessoas precisam reconhecer a importância da mudança no que tange a exploração dos recursos naturais, adotando ao cotidiano novos paradigmas, valores, regras sociais, políticas e econômicas que visem e direcionem os investimentos, na orientação do desenvolvimento tecnológico e dos valores institucionais, em sintonia com as necessidades atuais e gerações futuras.

Os problemas ambientais decorrentes da ação humana estão intimamente relacionados aos conflitos de interesses socioeconômicos. Portanto, a educação ambiental não é condição suficiente para modificar essa realidade, mas sim uma ferramenta da mediação necessária entre culturas, comportamentos diferenciados e interesses de grupos sociais para a construção das transformações almejadas (TOMAIO, 2000).

Diante do exposto fica evidente que a educação ambiental tem papel fundamental na transformação da relação entre o ser humano e o meio ambiente. Entretanto ela por si só não é suficiente para reverter a atual situação, dependendo primeiramente de uma mudança cultural que seja capaz de conscientizar as pessoas a participarem de forma mais ativa e efetiva nessa caminhada ambiental.

Apresentado o referencial teórico, passa-se a discorrer na próxima parte sobre a metodologia aplicada no desenvolvimento da pesquisa.

3 METODOLOGIA

Os procedimentos metodológicos que foram utilizados no desenvolvimento dessa pesquisa são descritos nesta parte do TCC em cinco seções: o tipo de pesquisa, unidade de análise e sujeitos da pesquisa, as técnicas de coleta de dados e os procedimentos de análise e interpretação dos dados, além da apresentação de uma estrutura que exemplifica as etapas da pesquisa.

3.1 TIPO DE PESQUISA

A abordagem desta pesquisa classifica-se como qualitativa, uma vez que visa explorar e entender o significado que os sujeitos (associados integrados e o coordenador da área ambiental) atribuem a um determinado problema - a contribuição dos programas ambientais Papa-Sab e Papa-Agro para a promoção da sustentabilidade da Cooperativa Agroindustrial Alfa - analisando e fazendo interpretações das informações obtidas (GONSALVES, 2007).

Consideram-se ainda, como critérios de classificação da pesquisa, a tipologia proposta por Vergara (2013), quanto aos fins e aos meios.

Quanto aos fins, a pesquisa é aplicada e descritiva. De natureza aplicada porque objetiva utilizar de conhecimentos já existentes acerca do tema em estudo, a fim de propor soluções aos problemas (objetivos) diagnosticados. (GERHARDT; SILVEIRA 2009). Descritiva, porque apresenta as características de dois programas ambientais e as suas contribuições para promoção da sustentabilidade da Cooperalfa, unidade Caxambu do Sul/SC. Assim sendo, Vergara (2013) define pesquisa descritiva como aquela que apresenta as características de determinada população, (cooperados integrados e o coordenador da área ambiental), e de determinado fenômeno, (sustentabilidade, gestão e educação ambiental).

Já quanto aos meios adotados nessa investigação, utilizou-se a pesquisa bibliográfica, documental, de campo e de estudo de caso. Assim, o desenvolvimento inicial desse estudo se dá por meio de pesquisa bibliográfica acerca dos temas de sustentabilidade, organizações cooperativas e educação e gestão ambiental (MARCONI; LAKATOS, 2010). A pesquisa ainda é documental, pois se fará uso de documentos e materiais já existentes relacionados ao tema em questão e que serão disponibilizados pela Cooperalfa, a fim de auxiliar na busca de informações (VERGARA, 2013).

A unidade de análise, portanto, caracteriza-se como o ambiente em que são coletados os dados, ou seja, a unidade de Caxambu do Sul, bem como as formas de controlar as variáveis envolvidas (DMITRUK, 2012).

3.3 SUJEITOS DA PESQUISA

Os sujeitos da pesquisa compreenderam os 39 associados integrados que fazem parte do programa ambiental Papa-Sab (suínos, aves e bovinos) e Papa-Agro da filial de Caxambu do Sul e o coordenador da área ambiental e dos programas Papa-Sab e Papa-Agro, que responde pela matriz e por todos as filias da Cooperalfa, no intuito de obter informações relevantes sobre os objetivos em estudo. Para Gonsalves (2007, p. 70), “os sujeitos da pesquisa se referem ao universo populacional que você privilegiará, às pessoas que fazem parte do fenômeno que você pretende desvelar”.

Os sujeitos foram selecionados a participar deste estudo por meio de amostragem não probabilística por acessibilidade, na qual não são utilizados procedimentos estatísticos, mas seleciona-se os elementos pela facilidade de acesso a eles (VERGARA, 2013). Com o intuito de preservar sigilo quanto à identidade dos associados entrevistados, os mesmos foram agregados a números aleatórios de 1 a 39 (Associados de 1 a 39), sendo que em toda extensão das respostas foi atribuído o mesmo número aos respondentes.

Ainda sobre os associados, destaca-se que os 39 entrevistados correspondem a 100% da população do programa Papa-Sab da unidade de Caxambu do Sul. Esta população também faz parte do programa Papa-Agro, todavia não se tem dados do total desta população, sendo que este programa é destinado a de todos os associados, integrados e clientes que compram da cooperativa. O quadro 3 mostra a quantidade de associados integrados em cada atividade desenvolvida, sendo criação a de suínos e aves, pois no grupo analisado, identificou-se que não existiam integrados de bovinos de leite.

Quadro 3 - Número de Associados Integrados em cada atividade.

Sujeitos da pesquisa	Número de associados integrados por atividade
Associados Integrados de Suínos	7
Associados Integrados de Aves	32

Fonte: Elaborada pela autora (2016).

A seguir serão descritos os processos utilizados para a coleta de dados, bem como os procedimentos necessários quanto o alcance dos objetivos, as técnicas e fontes utilizadas para obtenção das informações e o período necessário para cada coleta de dados.

3.4 COLETA DE DADOS

O processo de coleta de dados empíricos deu-se em dois momentos: no primeiro, utilizou-se um roteiro de entrevista com perguntas semiestruturadas com os associados integrados da unidade Caxambu do Sul, contemplados pelos programas ambientais Papa-Sab e Papa-Agro. Este roteiro dispõe de 17 questões (Apêndice A) e foi aplicado aos associados integrados em sua própria residência. As entrevistas aplicadas aos associados integrados foram acompanhadas por um dos técnicos responsável pela unidade Caxambu do Sul, o qual esteve presente em todas as visitas. Essa política interna da cooperativa possibilitou à pesquisa um favorecimento, no sentido de ter um apoio técnico e ainda por perpassar aos associados integrados uma maior credibilidade e confiança. As respostas foram transcritas conforme ditas pelos entrevistados.

O segundo momento consistiu em aplicar a entrevista semiestrutura ao coordenador da área ambiental e dos programas Papa-Sab e Papa-Agro. Este roteiro está dividido em dois blocos (Apêndice B), sendo que no primeiro foram realizadas perguntas relacionadas à sustentabilidade, cooperativismo, gestão e educação ambiental e o segundo bloco compreende questões ligadas aos dois programas em estudo, totalizando 20 questões. Essa entrevista foi aplicada no setor ambiental da Cooperalfa (matriz), cujas respostas foram gravadas, para posterior transcrição, análise do conteúdo e correlação com a teoria.

Os roteiros de entrevista, depois de elaborados e discutidos, passaram por um processo de pré-teste, em que dois professores da instituição, dois cooperados integrados e um técnico da área ambiental avaliaram e deram seus pareceres sobre a confecção da entrevista, para que o instrumento utilizado auxilie de forma eficaz no alcance dos resultados. A coleta dos dados foi efetivada nos meses de março e abril de 2016, com duração de cerca de quarenta minutos cada (40min) entrevista, considerando o quantitativo de perguntas e a disponibilidade dos respondentes.

Quanto ao alcance dos objetivos, as técnicas e fontes utilizadas para obtenção das informações, bem como o período necessário para a coleta de dados são apresentadas de forma sintética no quadro a seguir.

Quadro 4 - Sistematização dos objetivos, procedimentos técnicos, fontes utilizadas e período de coleta de dados.

Objetivo	Técnica utilizada	Fonte	Período de coleta
Caracterizar a cooperativa no que concerne seu histórico e referenciais norteadores;	Bibliográfica Documental	Informações contidas em redes eletrônicas; Relatórios e documentos da Cooperalfa;	03/2016
Identificar os aspectos de gestão e educação ambiental da cooperativa;	Bibliográfica Documental	Informações contidas em redes eletrônicas; Relatórios e documentos da Cooperalfa;	03/2016
Descrever os programas ambientais desenvolvidos pela cooperativa que sejam voltados ao tripé da sustentabilidade: econômico, social e ambiental;	Pesquisa de campo	Entrevista semiestruturada;	04/2016
Verificar quais são as práticas, as possibilidades e as limitações dos programas ambientais Papa-Sab e Papa-Agro.	Pesquisa de campo	Entrevista semiestruturada.	05/2016

Fonte: Elaborada pela autora (2016).

A participação dos associados integrados foi consensual, por esse motivo, antes de aplicar a entrevista, utilizou-se um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE (Apêndice C), com o objetivo de informar e esclarecer o sujeito da pesquisa de maneira que ele possa tomar sua decisão de forma justa e sem constrangimentos sobre a sua participação na pesquisa. Tal procedimento visa garantir os princípios éticos da pesquisa, além disto, preservar a identidade dos respondentes, no caso, os associados.

3.5 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

Anteriormente à análise dos dados, foram feitas as transcrições das entrevistas realizadas com os associados integrados e com o coordenador da área ambiental da cooperativa. Analisaram-se ainda, os documentos disponibilizados pela cooperativa e disponível no site institucional. Os dados de cada respondente foram organizados e preparados para análise.

A análise das informações obtidas foi realizada por meio da técnica de análise de conteúdo, a qual é definida por Bardin (2008, p. 40) como “um conjunto de técnicas de análise das comunicações que utiliza procedimentos sistêmicos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens”. A análise de conteúdo envolvendo, portanto, o registro efetivo das mensagens (fala dos entrevistados em estudo), a fim de buscar o significado correto das mesmas e interpretá-las de forma adequada.

Os resultados obtidos por meio das entrevistas, tanto com associados integrados, como com o coordenador da área ambiental, foram tratados, a fim de tornarem-se informações significativas e válidas para a pesquisa. Após esta etapa, torna-se necessário codificar (tratar) o material, que corresponde ao processo pelo qual os dados são transformados sistematicamente e agregados em unidades, as quais possibilitam a descrição exata das características pertinentes do conteúdo (BARDIN, 2008).

Na sequência, as informações são interpretadas com o intuito de dar um significado mais amplo às respostas, vinculando-as a conhecimentos já existentes, de modo que se consiga relacioná-las aos objetivos propostos inicialmente. Após a abordagem dos procedimentos metodológicos adotados nesta pesquisa serão apresentados os resultados e discussões.

4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Os resultados da pesquisa, cujo objetivo é conhecer e analisar a contribuição dos programas ambientais Papa-Sab e Papa-Agro para a promoção da sustentabilidade da Cooperativa Agroindustrial Alfa, serão apresentados em cinco sessões: 1) a caracterização da cooperativa e da filial de Caxambu do Sul; 2) os aspectos regulatórios da área ambiental; 3) as políticas e estratégias de gestão e educação ambiental; 4) os programas ambientais desenvolvidos pela cooperativa; 5) as práticas, possibilidades e limitações dos programas ambientais Papa-Sab e Papa-Agro.

4.1 ASPECTOS HISTÓRICOS E ORGANIZACIONAIS DA COOPERALFA

Nesta parte serão discutidos os aspectos históricos e organizacionais da Cooperalfa e posteriormente considerações da filial de Caxambu do Sul/SC.

4.1.1 A Cooperalfa

A Cooperativa Agroindustrial Alfa foi fundada em 29 de outubro de 1967, em um contexto onde o Brasil era responsável por financiar as operações por meio da aquisição do Governo Federal e até mesmo armazenar a produção. Denominada inicialmente de CooperChapecó, a Cooperalfa teve sua fundação motivada por Aury Luiz Bodanese, Setembrino Zanchet e outros 37 agricultores e tinha por intuito atender a uma grande necessidade encontrada pelos pequenos agricultores da região que almejavam maior reconhecimento pelo seu trabalho e produção.

Entretanto com o passar do tempo e com o aumento da produção, a estrutura da instituição era insuficiente para a demanda da produção agrícola, que já começava a se destacar. Frente a tal situação, havia a necessidade de criar no oeste de Santa Catarina, um agente balizador de mercado que organizasse os produtores rurais, além de ser uma entidade que viesse a fundamentar o viés técnico/produtivo.

Neste contexto, foi criada a Cooperativa Triticola Oeste Catarinense Ltda., a primeira organização cooperativista em Chapecó. Mas seus trabalhos datam apenas no período de 1961 a 1964. Em 29 de outubro de 1967, é criada a CooperChapecó - Cooperativa Mista Agropastoril de Chapecó Ltda., que em 1969 reativou as atividades da Incomasa, formando a

Cooperativa Central Oeste Catarinense. Em 1974, a CooperChapecó uniu-se a Cooperxaxiense, formando a Cooperalfa – Cooperativa Agroindustrial Alfa. Em 01 de janeiro de 1975 ocorre a fusão da cooperativa com a CooperXaxiense resultando na Cooperativa Regional Alfa em assembleia realizada no município de Cordilheira Alta - SC.

O principal ideal na criação da Cooperalfa deu-se em função das incertezas do mercado de grãos e, em seguida, do avanço da produção animal em Santa Catarina. Com o passar do tempo e a eminente expansão, a Cooperalfa passou a desdobrar inúmeras atividades e serviu de pilar para a eclosão de outras cooperativas e sociedades do mesmo gênero.

Atualmente a Cooperalfa atua em diversos segmentos agropecuários, tais como: indústria de soja, de rações e de trigo; comercializa e armazena a produção agrícola dos associados, a saber: soja, milho, feijão-preto, feijão em cores e trigo; atua na pecuária, com suínos, leite, aves e unidades produtora de leitões; no ramo de insumos agrícolas, com fertilizantes e corretivos, sementes e defensivos; com insumos pecuários, veterinária, rações e concentrados; e no ramo de consumo, com supermercados, combustíveis e lubrificantes, ferragens e materiais de construção.

Também realiza parcerias com outras indústrias cooperativas para beneficiar suínos, citros, leite e aves e ainda presta assistência técnica aos seus associados como objetivo de melhorar os resultados da produção, tendo em sua equipe muitos profissionais especializados como: agrônomos, veterinários e técnicos em agropecuária.

Os principais objetivos da Cooperalfa voltam-se em fortalecer e melhorar a renda média das famílias rurais, aperfeiçoar as condições sanitárias em geral, permanente assistência técnica, aumentar a produtividade e a expectativa média de vida de seus associados. Atualmente ela possui como missão: “Promover o desenvolvimento sustentável do setor agropecuário, gerando resultados econômicos e sociais para a sociedade” e como visão: “Ser referência nacional como cooperativa agropecuária”. Quanto aos valores da cooperativa, apresentam-se como: Integridade; Credibilidade; Atuação coletiva; Empreendedorismo e Sustentabilidade (Cooperativa Agroindustrial Alfa, 2015, S/N).

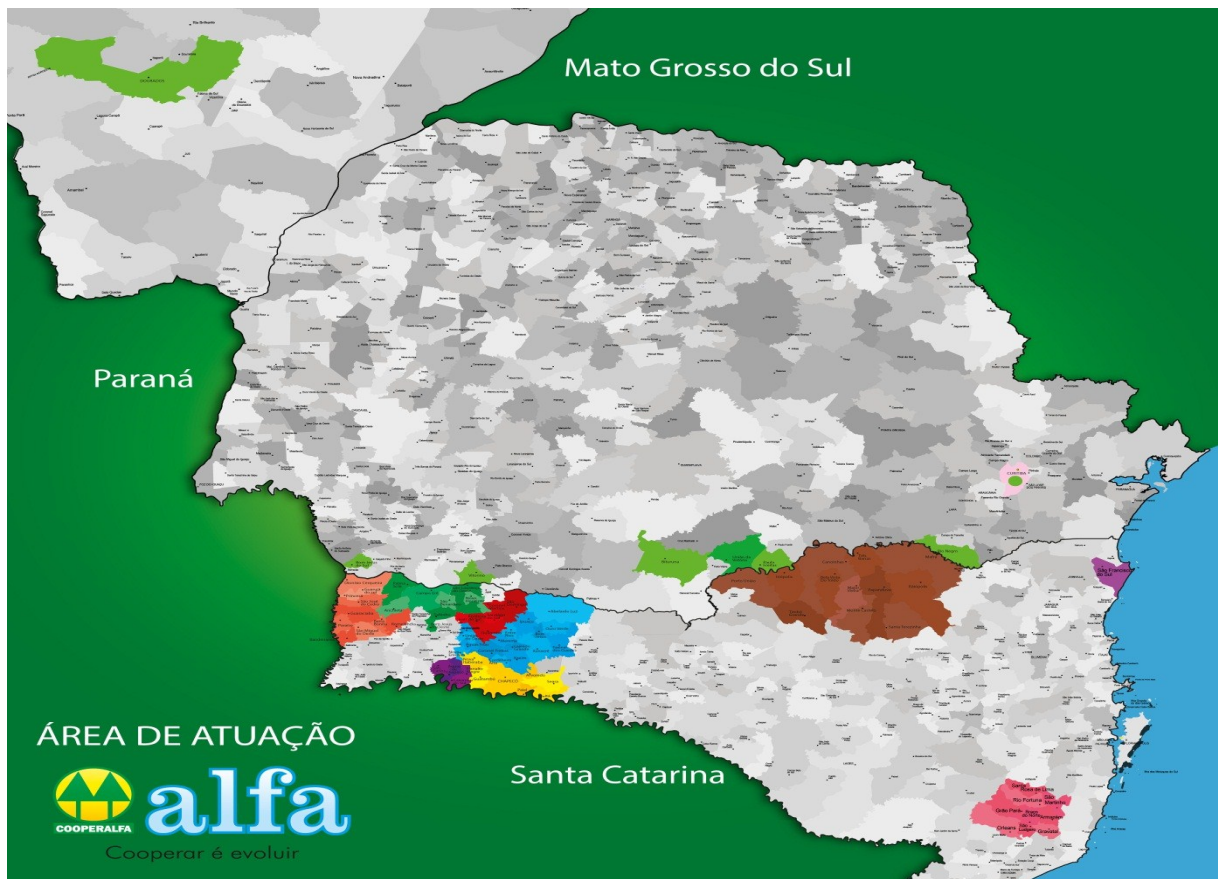
A Cooperalfa conta atualmente com 16.985 associados, sendo 16.071 do sexo masculino, 884 associados do sexo feminino e 30 associados em nome de pessoa jurídica. Do total de associados, 69,1% possuem idade superior a 45 anos, 24,6% possuem idade entre 30 e 45 anos e 6,3% com idade inferior a 30 anos. Os associados são, em sua maioria, agricultores familiares, que vivem no campo e se associam por meio de cotas-partes depositadas no

momento em que aderem à Cooperalfa. Seu quadro funcional dispõe atualmente de 2.835 colaboradores.

Como mencionado anteriormente, a matriz da Cooperalfa localiza-se na cidade de Chapecó/SC, onde estão localizados o Conselho Fiscal, Administrativo e de Líderes, bem como as principais gerências de cada atividade, oferecendo às filias a centralização em diversos aspectos. A fim de melhor compreender esta estrutura organizacional, encontra-se no Anexo 1 Organograma Geral da Cooperalfa

Em constante crescimento, a Cooperalfa está presente em mais de 70 municípios nos estados de Santa Catarina, Paraná e Mato Grosso do Sul, conforme demonstrado na figura 7.

Figura 7 - Área de atuação da Cooperalfa.



Fonte: Documentos Cooperalfa (2016).

Fica evidente que é no estado de Santa Catarina que a Cooperalfa firmou suas raízes, intensificando suas atividades e disseminando filiais principalmente no oeste do estado. No intuito de melhor gerenciá-las, as filiais foram agrupadas por regiões, levando em consideração sua proximidade de localização, onde se denominou uma pessoa responsável por cada região, bem como um gerente para cada filial. A seguir são apresentadas de maneira sintetizada as regionais da Cooperalfa e o número de filiais que cada regional abrange.

Quadro 5 - Estrutura por Regional.

REGIONAL	Nº DE FILIAIS * 2016
Regional Chapecó	13
Regional Águas de Chapecó	10
Regional Quilombo	14
Regional Coronel Freitas	10
Regional Xaxim	26
Regional São José do Cedro	13
Regional Campo Erê	14
Regional Canoinhas	25
Independente**	10
TOTAL	135

Fonte: Adaptada pela autora (2016).

Nota: *Filiais são unidades que possuem seu próprio Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ e Razão Social. Como exemplo podemos citar as fábricas de ração, lojas agropecuárias, supermercados, silos graneleiros, postos de combustíveis, centros de distribuição, unidade de produção de leitões, resfriamento de leite, entre outros. **Independente são unidades que não se agrupam a nenhuma regional.

Após a explanação dos dados referentes aos aspectos históricos e organizacionais da Cooperalfa, será abordada a filial de Caxambu do Sul/SC.

4.1.2 A Filial de Caxambu do Sul

A Cooperalfa iniciou suas atividades na cidade de Caxambu do Sul em 11 de novembro de 1977 pelo então presidente da cooperativa Auri Luiz Bodanese, a fim de atender os anseios dos agricultores da região que tinham dificuldades no escoamento da produção agrícola. As instalações existentes da época eram pequenas e inadequadas, as construções/ barracões eram de madeira e não tinham equipamentos de apoio (máquinas e uso da tecnologia) necessários para realizar as atividades demandas. Tudo era controlado e anotado no caderninho, não dispo de sistemas informatizados para auxiliar na gestão. Havia na unidade apenas o gerente e mais três funcionários para atender as demandas dos associados.

A produção agrícola da época chegava até a unidade através de sacarias, dificultando assim, a circulação dos cereais, tendo em vista que todo processo desenvolvido era realizado manualmente. O *mix* de produtos era bem limitado e/ou reduzido e geralmente eram produtos não perecíveis, ou seja, que poderiam ser guardados por longos períodos de tempo e traziam

menores dificuldades quanto à conservação. O foco inicial da cooperativa era basicamente a produção agrícola, todavia, com passar do tempo foram desenvolvendo atividades que viessem ao encontro das demandas da região.

No ano de 2012 foi inaugurada a atual estrutura que esta localizada na Rua do Comércio nº487, centro de Caxambu do Sul, dispo de supermercado e loja agropecuária. Com ampla diversificação das atividades e modernas instalações, a unidade de Caxambu do Sul vem crescendo nos últimos anos, desenvolvendo em torno de 23 atividades distintas, todas planejadas e com estrutura própria. Dentre as atividades desenvolvidas, pode-se citar algumas que apresentam maior relevância e destaque para a filial, as quais são: produção agrícola, integrações de suínos e aves, comercialização de insumos agrícolas e atividade de supermercado.

A unidade de Caxambu do Sul pertence a Regional de Águas Chapecó e conta atualmente com 295 cooperados/associados e seu quadro funcional dispõe de 32 colaboradores espalhados entre os diversos setores da unidade. A fim de melhor compreender a organização e funcionamento da filial de Caxambu do Sul, apresenta-se no Anexo 2 seu organograma. O quadro de associados da filial de Caxambu do Sul é basicamente composto por produtores de grãos de pequeno porte e agricultura familiar. Cabe destacar que um percentual considerável de associados são integrados à agroindústrias para produção de aves e suínos.

Nos últimos anos a produção agrícola vem ganhando espaço e credibilidade, firmando raízes na região e trazendo bons retornos aos associados. A filial de Caxambu do Sul atingiu no ano 2015 um faturamento bruto aproximado de 26 milhões de reais e para o ano de 2016 estima-se atingir números próximos a 30 milhões de reais, somando todas as atividades que a filial desenvolve. Para o município de Caxambu do Sul a presença da filial é de fundamental importância, tendo em vista sua contribuição para o desenvolvimento e crescimento local.

4.2 GESTÃO E EDUCAÇÃO AMBIENTAL DA COOPERATIVA

Os principais aspectos regulatórios seguidos pela Cooperalfa, tanto a nível nacional, quanto nos estados de abrangência, bem como as políticas e estratégias de gestão e educação ambiental são abordados nesta sessão.

4.2.1 Aspectos Regulatórios da Área Ambiental

No atual contexto mais do que dispor de recursos financeiros para sua operacionalidade, as organizações precisam estar enquadradas e regularizadas de acordo com as leis, resoluções, normatizações e diretrizes ambientais. A Cooperalfa busca seguir todos os aspectos regulatórios necessários para o bom andamento de suas atividades. Cabe destacar, que a cooperativa trabalha com 23 atividades distintas e cada uma apresenta suas particularidades, deste modo, seguem sua legislação vigente.

Os principais aspectos regulatórios da área ambiental norteadores da cooperativa em âmbito nacional e estadual, constam no Quadro 6. Tendo em vista que a Cooperalfa está presente nos estados de Santa Catarina, Paraná e Mato Grosso do Sul, cada qual dispendo de própria legislação.

Quadro 6 - Normativas e Órgãos Ambientais Nacionais seguidos pela Coopealfa.

LEIS E NORMAS NACIONAIS	
Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981	Institui sobre a Política Nacional do Meio Ambiente que tem por objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no país, condições ao desenvolvimento socioeconômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana (BRASIL, 1981).
Lei nº 6.902, de 27 de abril de 1981	Dispõe sobre a criação de Estações Ecológicas, Áreas de Proteção Ambiental e dá outras providências (BRASIL, 1981).
Lei nº 7.802 de 11 de julho de 1989	Dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, e dá outras providências (BRASIL, 1989).

Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998	Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências (BRASIL, 1998).
Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010	Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, dispondo sobre seus princípios, objetivos e instrumentos, bem como sobre as diretrizes relativas à gestão integrada e ao gerenciamento de resíduos sólidos, incluídos os perigosos, às responsabilidades dos geradores e do poder público e aos instrumentos econômicos aplicáveis (BRASIL, 2010).
NBR 10004:2004 - Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT)	Esta norma classifica os resíduos sólidos quanto aos seus riscos potenciais ao meio ambiente e à saúde pública, para que possam ser gerenciados adequadamente. Para os efeitos desta norma, os resíduos são classificados em: a) Resíduos Classe I - Perigosos; b) Resíduos Classe II – Não perigosos; – Resíduos Classe II A – Não inertes. – Resíduos Classe II B – Inertes (NBR 10004, 2004).
ORGÃOS E INSTITUTOS NACIONAIS	
O Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA)	É um o órgão consultivo e deliberativo do Sistema Nacional do Meio Ambiente e também foi instituído pela Lei 6.938/81, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente. Resolução Nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (CONAMA, 2016).
O Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA)	Criado pela Lei da Política Nacional do Meio Ambiente nº 6.938/81, O SISNAMA é formado pelos órgãos e entidades da União, do Distrito Federal, dos estados e dos municípios responsáveis pela proteção, melhoria e recuperação da qualidade ambiental no Brasil. O objetivo do SISNAMA é estabelecer um conjunto articulado e descentralizado de ações para a gestão ambiental no país, integrando e harmonizando regras e práticas específicas que se complementam nos três níveis de governo (SISNAMA, 2016).
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA)	É uma autarquia federal dotada de personalidade jurídica de direito público, autonomia administrativa e financeira, vinculada ao Ministério do Meio Ambiente, conforme Art. 2º da Lei nº 7.735, de 22 de fevereiro de 1989 (IBAMA, 2016).

Fonte: Elaborada pela autora.

No Quadro 7 constam os principais aspectos regulatórios seguidos pela Cooperalfa em seus três estados de atuação, sendo que cada um possui suas próprias legislações e que cada atividade tem seu rito de licenciamento e condicionantes específicos.

Quadro 7 - Normativas e Órgãos Estaduais seguidos pela Cooperalfa.

ESTADO DE SANTA CATARINA	
Fundação do Meio Ambiente (FATMA)	É um órgão ambiental de esfera estadual que tem como missão maior garantir a preservação dos recursos naturais do estado. Isto é buscado através: Da gestão de oito Unidades de Conservação Estaduais, Da Fiscalização; Do Licenciamento Ambiental, que garante a conformidade de obras com as legislações ambientais federal, estadual e municipal; Do Programa de Prevenção e Atendimento a Acidentes com Cargas Perigosas; Do Geoprocessamento, que realiza o levantamento e processamento de informações sobre o território catarinense, permitindo conhecer suas características e monitorar o meio ambiente; De Estudos e Pesquisas Ambientais; Da pesquisa da Balneabilidade, um monitoramento da qualidade das águas do mar para o banho humano (FATMA, 2016).
Lei nº 14.675, de 13 de abril de 2009	Institui o Código Estadual do Meio Ambiente e estabelece outras providências. Esta Lei, ressalvada a competência da União e dos Municípios, estabelece normas aplicáveis ao Estado de Santa Catarina, visando à proteção e à melhoria da qualidade ambiental no seu território (SANTA CATARINA, 2009).
ESTADO DO PARANÁ	
Instituto Ambiental do Paraná (IAP)	Tem por missão proteger, preservar, conservar, controlar e recuperar o patrimônio ambiental, buscando melhor qualidade de vida e o desenvolvimento sustentável com a participação da sociedade. Ainda fazem parte das Instituições Ambientais Estaduais do Paraná a Política Ambiental do Estado do Paraná, a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMA; Instituto das Águas do Paraná e o Instituto de Terras, Cartografia e Geociências – ITCG e o Conselho Estadual Do Meio Ambiente – CEMA; Conselho Estadual Dos Recursos Hídricos – CERH; Conselho De Desenvolvimento Territorial Do Litoral – COLIT (IAP, 2016).
ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL	
Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul (IMASUL)	O IMASUL é uma autarquia vinculada à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico – SEMADE. Sua missão consiste em “Promover a gestão ambiental propondo e executando políticas e ações que visem ao desenvolvimento sustentável em Mato Grosso do Sul” (IMASUL, 2016).

Fonte: Elaborada pela autora.

As questões ambientais estão amparadas por diversas legislações, normatizações, órgãos e instituições. Desse modo, as organizações que ao desenvolverem suas atividades e

por consequência venham a atingir direta e indiretamente o meio ambiente, precisam estar aptas e liberadas por esses órgãos reguladores. A Cooperalfa procura estar em conformidade com todos os aspectos regulatórios demandados pela legislação ambiental, bem como procura desenvolver políticas internas e estratégias de gestão e educação ambiental que promovam a incentivem ainda mais o cuidado e a preservação do meio ambiente, as quais serão apresentadas na sequência.

4.2.2 Políticas e Estratégias de Gestão e Educação Ambiental

Frente às constantes transformações do meio organizacional, torna-se desafiador manter as empresas nesse complexo mercado competitivo. Gerir estrategicamente uma organização é hoje um dos principais desafios dos gestores, tendo em vista, um mercado cada vez mais imprevisível e competitivo, aumentando a necessidade de um gerenciamento com foco numa gestão estratégica contínua.

Dentre os diversos modelos existentes, um modelo que vem ganhando espaço crescente no meio empresarial é o modelo de gestão ambiental, o qual vem propiciando visivelmente o aumento da consciência ecológica em diferentes níveis e setores da sociedade. Para Coral (2002), isto implica em construir sistemas de produção que não causem impactos negativos ou que minimizem os existentes, que contribuam para a recuperação de áreas degradadas e ainda que ofereçam produtos e serviços que auxiliem para a melhoria da performance ambiental dos consumidores e clientes.

Na perspectiva de atuar sob a ótica sustentável, a Cooperalfa utiliza-se de políticas e estratégias de gestão e educação ambiental, que juntas promovem a valorização e o bem-estar humano, a proteção e preservação do meio ambiente e ainda são rentáveis. Os aspectos sociais e ambientais da Cooperalfa foram formados e sedimentados ao longo dos seus quase 50 anos de existência. A inserção social pela evolução do conhecimento, justa distribuição das riquezas, remuneração adequada pelo esforço de cada um, preservação ambiental e ética tributária, são pilares para uma sociedade mais justa, solidária, cidadã e harmônica.

A Cooperalfa busca um monitoramento efetivo para que todas as atividades desenvolvidas estejam devidamente licenciadas e regularizadas, a fim de trabalhar dentro do que a legislação exige e para isso, desenvolve diversas políticas e estratégias de gestão e educação ambiental.

Desde meados de 1999, a Cooperalfa vêm demonstrando fortemente sua preocupação e responsabilidade com o meio ambiente e com a sociedade, oficializando por meio do Balanço Social e Ambiental de 2005 e reforçado pelo Demonstrativo Socioambiental de 2014, suas principais ações, políticas e estratégias de gestão e educação ambiental, as quais são transcritas na sequência.

O Plantio Direto na palha é um sistema que reduz a compactação dos solos e gera maior resistência das culturas nos períodos de estiagem, além de ser uma técnica que diminui o assoreamento dos rios e mananciais de água doce, baixando custos de produção mediante aproveitamento dos resíduos que se transformam em adubos orgânicos. Esse sistema já ultrapassou 80% das propriedades dos associados de toda a Cooperalfa.

O Espaço Verde foi implantado pela Cooperalfa em 2005, a fim de conscientizar a população sobre a preservação ambiental em dias de campo, palestras e demonstrações práticas nas comunidades. Também, busca orientar sobre proteção de fontes com arborização adequada e distribuiu sementes e mudas para recomposição de bosques. Foram ainda, instalados em alguns silos, queimadores de sabugo, para evitar a decomposição desse material orgânico em torno dos armazéns. Com isso, foi reduzido em 40% o consumo de lenha gerando economia ambiental de 126 hectares de floresta.

A Retenção de Partícula visa, envolta dos secadores de cereais, reflorestar as áreas para obter material lenhoso, absorver ruídos e evitar que o pó resultante da atividade atinja as pessoas que moram e transitam nas regiões próximas. Nesse sentido, torna-se pertinente citar o exemplo da fábrica de ração em São José do Cedro e nas indústrias e armazéns, onde foram instalados coletores mecânicos centrífugos e filtros de tecido, o que gerou retenção de 97% das partículas dispersas no ar.

Na Cooperalfa nenhum efluente utilizado nos processos de fabricação é lançado nos cursos de água natural sem antes ser tratado, obedecendo a padrões legais. As características da água utilizada nas indústrias são monitoradas em caixas de retenção, lagoas de decantação, e recebe dos aeradores o oxigênio necessário para que a decomposição de eventuais matérias orgânicas seja acelerada.

Por ser considerada uma atividade poluidora, a suinocultura merece um conjunto de medidas e investimentos, sendo elas: agrônomo exclusivo para coordenar as atividades; parcerias com seis empresas especializadas em elaboração de projetos ambientais; orientação aos líderes e integrados em ciclos de palestras técnicas e seminários; reuniões de esclarecimento sobre direitos e deveres com os 110 produtores que aderiram ao Termo de

Ajustamento de Conduta (TAC) da Região da Associação dos Municípios do Alto Uruguai Catarinense (AMAUC); disseminação de temas voltados à educação ambiental e demonstração de sistemas de tratamento de dejetos, controle do uso da água e manejo da criação de suínos, bem como incentivo aos produtores para protegerem nascentes e córregos.

Na Unidade de Produção de Leitões (UPL) de Palma Sola, a Cooperalfa investe em equipamentos para o processamento de dejetos suínos, possibilitando por meio destes, a captação do gás metano que posteriormente é transformado em biogás – energia renovável. Essa energia pode ser utilizada na propriedade do associado, para aquecimento da água do banho, no cozimento de alimentos para os colaboradores, aquecimento das baias dos leitões na creche e o excedente de produção se transforma em energia elétrica que pode ser utilizada na propriedade e ainda, vendida para a concessionária de energia. Juntamente com os cooperados, busca-se fazer o manejo adequado dos materiais remanescentes, tanto da criação de suínos como de aves, transformando-os em adubos orgânicos.

A Cooperalfa orienta ainda, os sócios na aplicação de defensivos, sobre cuidados com o meio ambiente e com a saúde, via trabalhos grupais e campanhas, disponibilizando equipamentos de proteção individual (EPIs) à preços subsidiados. Em Chapecó, construiu-se um armazém central de agroquímicos sendo que nas filiais também houve a adequação e construção de 80 depósitos e unidades de recepção de embalagens; atuou-se também no transporte de defensivos em caminhões específicos para tal. Essas iniciativas tornaram a atividade mais segura aos funcionários e aos agricultores, resguardando o meio ambiente.

A estrutura técnica da Cooperalfa conta com profissionais especializados, entre eles, engenheiros agrônomos, médicos veterinários, técnicos em agropecuária que prestam assistência desde o plantio até a colheita, atribuem assessoramento administrativo e orientam atividades de suínos, aves, produção de leite, reflorestamento, citros, entre outros. Lança ainda, vários projetos e canais para fortalecer econômica, cultural e socialmente sua base associativa.

As corporações de hoje têm na divulgação estratégica uma âncora garantidora da confiança junto a clientes e ao mercado. A Cooperalfa utiliza várias vias por onde transitam dados econômicos, contábeis, ambientais e sociais, intenções de investimentos e projetos técnicos, inteirando sócios, funcionários e ambiente externo. Todas essas iniciativas são desenvolvidas com o intuito de fornecer de maneira transparente aos associados, colaboradores, fornecedores e sociedade em geral, todos os atos e ações praticadas pela cooperativa.

Eleitos por voto direto dos associados, a Cooperalfa promove também o Conselho de Líderes que é composto por homens e mulheres participantes da cooperativa. A esse conselho cabe examinar e respaldar decisões do Conselho de Administração para democratizar e partilhar o poder. Essas lideranças são treinadas sobre vários conteúdos do cotidiano cooperativo, para assim, repassar as informações para os demais membros do grupo.

A inserção da mulher no dia-a-dia da propriedade e, por extensão, no ambiente cooperativo, promulga e amplia os efeitos da informação e da crítica proativa, permitindo o direito de interagir na discussão dos cenários, revigorando a democracia. A mulher ganhou mais espaço a partir de 1995, através dos Núcleos Femininos, com encontros anuais voltados a Primeiros Socorros, Doenças Sexualmente Transmissíveis - DST, Administração Rural, Plantas Medicinais, Fitoterapia e Relacionamento Familiar. Nos eventos, são fortalecidos os conceitos e valores cooperativos. A OCESC e o SESCOOP, sistematicamente promovem o Encontro Estadual de Mulheres Cooperativistas, para onde a Cooperalfa mobiliza grupos de representantes.

Para estimular a permanência de filhos de associados na área rural a Cooperalfa criou o Pró-Jovem que, por meio de encontros, os incentiva a novos padrões agropecuários e motiva sua participação no Encontro de Jovens Agricultores Cooperativistas Catarinenses (EJACC), evento realizado anualmente, tendo em vista que dos 16.985 associados da Cooperalfa, 6,3% têm menos de 30 anos.

Desde 1999 é desenvolvido pela Cooperalfa um projeto de plantas medicinais, que conta com um horto pedagógico em Chapecó, onde estão disponíveis diversas espécies. A difusão dessa onda verde, seja para a cura homeopática ou para tratamento da saúde animal, ameniza o custo de medicamentos alopáticos. A Cooperalfa conta com monitoras de plantas medicinais que recebem mudas para multiplicação e também participam de reuniões, seminários, palestras, encontros e viagens, repassando essa nova tendência.

Na negociação da produção, além de receber o valor de mercado, o cooperado é bonificado com o acréscimo de 1%. Da mesma maneira, quando se abastece de insumos na cooperativa, lhe é creditado mais 1% sobre o valor da compra. Além disso, o sócio participa das sobras de balanço de maneira proporcional ao seu movimento financeiro do período. Aos 60 anos o sócio retira 60% desse volume acumulado e aos 68 anos, saca o restante e ainda permanece integrado à Cooperativa.

Os postos de combustíveis da Cooperalfa primam pela preservação do meio ambiente e ainda fornecem produtos com qualidade 100% ecológica, com poços para verificar a

existência de vazamento de combustíveis e retentores de vapor. As obras construídas nos últimos anos pela Cooperalfa, também são planejadas pensando nas questões ambientais, captando a água da chuva para usos rotineiros como em jardins, lavação de calçadas e banheiros, diminuindo o consumo de água tratada para esses fins. Um exemplo a ser citado é o supermercado de São Miguel do Oeste, construído em 2005 que segue os padrões ambientais, contando com toda a força profissional, o projeto e as parcerias na construção, todas da região e por essas razões, ganhou o título de Mercado Cidadã. As unidades armazenadoras (silos e armazéns) também são construídas dentro dos conceitos ambientais, sendo possível proceder à limpeza, a secagem e o acondicionamento das safras.

Quanto aos transportes, a cooperativa possui programas de ação, com aproveitamento de rotas e rastreamento de alguns dos produtos, onde foram treinadas pessoas para se responsabilizar pelo atendimento de emergências, definindo as primeiras ações a serem adotadas, e os recursos humanos e materiais disponíveis, minimizando ou evitando consequências com a população, meio ambiente, equipamentos e instalações.

Por meio de parceria com escolas da região, a Cooperalfa disponibiliza pontos de coletas, para recebimento de pilhas e baterias, reunindo vários materiais e dando a destinação final correta. Essa ação também é realizada em algumas filias no intuito de coletar esse tipo de material dos associados, clientes e comunidade externa.

A ONG Verde Vida Oficina Educativa, de Chapecó, que emprega adolescentes de 14 a 17 anos em situação de risco social, integra a teia solidária defendida pela Cooperalfa. Dentre os anos 2000 a 2005, foram remetidos ao Verde Vida 325.000 quilos de plástico e papel, material que não teria utilização interna. Nesses cinco anos, essa contribuição correspondeu a 7 mil pés de eucalipto com 12 anos de idade. Reciclado, o papel economizou 29 mil litros de água por tonelada, ou 9,4 milhões de litros a menos removidos da natureza pelo crescimento dessas plantas. Desde o início desta parceria, A Cooperalfa já doou ao Verde Vida de Chapecó 1.984.595 quilos de material reciclável.

O Campo Demonstrativo Alfa (CDA) é um evento que há 20 anos faz parte das atividades desenvolvidas pela Cooperalfa. Objetiva demonstrar que é possível modernizar a pequena propriedade rural de economia familiar, com satisfatório padrão de eficiência, levando ao campo esperança, segurança, tecnologia, conhecimento e assistência contínua. Para o agricultor, o CDA é uma oportunidade para conhecer as inovações, despertá-lo para as mudanças necessárias e incorporar aquelas que foram viáveis à sua realidade. É um momento

oportuno para que o agricultor possa observar, questionar e concluir qual a melhor alternativa para aplicar em sua propriedade afim de ter maior renda nas suas atividades.

O programa DeOLHO visa conscientizar a importância da qualidade no ambiente de trabalho e local onde se vive, primando pelo: Descarte, Organização, Limpeza, Higiene e Ordem, necessitando do comprometimento e participação de todos os envolvidos, para gerar os resultados esperados, ambientes limpos, organizados e bem estar, proporcionando condições para uma maior produtividade. Já o programa QT Rural, tem como objetivo melhorar a renda das pessoas e ainda, a qualidade de vida dos trabalhadores rurais, mostrando aos mesmo, a importância em assumir a função de empreendedor, atuando profissionalmente na prática da agricultura de precisão.

Estabelecer parcerias com outras organizações é de suma importância para atrelar laços e ainda promover benefícios para em ambos os lados. A Cooperalfa possui convênios e parcerias na área ambiental com diversas instituições e empresas, as principais podem ser conferidas no quadro abaixo:

Quadro 8 - Instituições Parceiras da Cooperalfa.

INSTITUIÇÕES PARCEIRIAS	AÇÕES DESENVOLVIDAS
 <p>A Epagri é uma empresa pública, vinculada ao Governo do Estado de Santa Catarina por meio da Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca.</p>	<p>As ações de pesquisa e extensão rural da Epagri buscam a geração de renda nas propriedades rurais, através do aumento da produtividade, da redução de custos, da diversificação e da agregação de valor à produção. O meio ambiente e a qualidade de vida são uma preocupação constante nos trabalhos da empresa. Além das atividades de pesquisa agropecuária e extensão rural, a Epagri presta diversos serviços à sociedade, entre os quais se destacam a divulgação de informações meteorológicas, as análises de solo, de água, de tecidos vegetais e de produtos para a alimentação animal.</p>
 <p>O Verde Vida é uma organização não governamental sem fins lucrativos, que desenvolve um importante trabalho social, educacional e ambiental. Uma organização certificada e reconhecida como de utilidade pública municipal, estadual e federal.</p>	<p>Os trabalhos são desenvolvidos nas áreas de assistência social, educação e meio ambiente, oferecendo oficinas socioeducativas aos adolescentes com o objetivo de proporcionar uma formação para a vida e o encaminhamento para o primeiro emprego. O Verde Vida Programa Oficina Educativa mantém sua sustentabilidade com a coleta de materiais recicláveis e assim consegue gerar empregos e proporcionar atendimento socioeducativo para adolescentes carentes, na faixa etária de 12 a 17 anos e que estejam frequentando a escola.</p>

 <p>A Atitude Ambiental é uma empresa que mantém olhar atento às necessidades e desejos de seu público alvo, alicerçando sua história, com base em inovações, responsabilidade social e compromisso ambiental.</p>	<p>Para atender a agroindústria, passa a coletar, transportar, armazenar, tratar e dar a destinação final aos resíduos de serviços de saúde humana/animal e perigosos. Atualmente a empresa atua na maioria dos estados da federação e possui um quadro de profissionais altamente qualificados, trabalhando com ética e preocupação com o desenvolvimento sustentável, oferecendo qualidade com responsabilidade, seriedade e comprometimento, operando dentro das especificações estabelecidas pelos órgãos de normatização e fiscalização.</p>
 <p>A Central de Tratamento de Resíduos Sólidos Industriais - CETRIC</p>	<p>Trabalha de forma transparente e responsável, desde a coleta, transporte, recepção, tratamento e destinação final de resíduos. O grupo Cetric aplica em seu trabalho uma visão diferenciada, utilizando, em tudo o que faz, o conceito de transformação dos elementos coletados em matéria pura, devolvendo-as ao meio ambiente em seu estado natural. Essa transformação é uma etapa indispensável no processo de preservação do nosso planeta</p>
 <p>A Embrapa é vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).</p>	<p>Tem por finalidade desenvolver, em conjunto com seus parceiros do Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária (SNPA), um modelo de agricultura e pecuária tropical genuinamente brasileiro, superando as barreiras que limitavam a produção de alimentos, fibras e energia no nosso País.</p>
 <p>Cooperativa Central Aurora Alimentos</p>	<p>A Aurora que com gestão participativa, atua na industrialização e comercialização de carnes suínas, aves, lácteos, massas, vegetais e suplementos para nutrição animal.</p>

Fonte: Elaborada pela autora (2016).

Todas as políticas e estratégias de gestão e educação ambiental apresentadas demonstram e confirmam que a Cooperalfa, além de preocupar-se em seguir a legislação ambiental vigente à suas atividades, também busca desenvolver e intensificar trabalhos, com seus associados, colaboradores e comunidade em geral, no intuito de melhorar a qualidade de vida e o bem-estar, aliados à preservação ambiental.

4.3 PROGRAMAS AMBIENTAIS

A importância da implantação e desenvolvimento de programas e ações ambientais visa à formação de uma consciência sustentável, levando a mudanças de hábitos e valores que contribuem para reverter ou minimizar os danos ambientais. A Cooperalfa se preocupa com a preservação do meio ambiente e para isso, viabiliza programas que buscam melhorar o

desenvolvimento e a produção, paralelamente, estes devem estar de acordo com as leis da natureza. Na sequência serão apresentados os programas desenvolvidos pela área ambiental pela Cooperalfa.

4.3.1 Programa de Ambiental Para-Lâmpadas

O programa ambiental Para-Lâmpadas visa o recolhimento das lâmpadas fluorescentes utilizadas no sistema produtivo (suínos, aves e bovinos de leite) de seus integrados, bem como aquelas comercializadas nos mercados da Cooperalfa, visando à realização da logística reversa instituída na Política Nacional de Resíduos Sólidos, evitando a contaminação devido à liberação de mercúrio e, transformando o resíduo de classe I para classe II. De acordo com a Política Nacional de Resíduos Sólidos nº 12.305 de 2 de agosto de 2010, a logística reversa é um instrumento de desenvolvimento econômico e social caracterizado por um conjunto de ações, procedimentos e meios destinados a viabilizar a coleta e a restituição dos resíduos sólidos ao setor empresarial, para reaproveitamento, em seu ciclo ou em outros ciclos produtivos, ou outra destinação final ambientalmente adequada.

Figura 8 - Processo de trituração de lâmpadas.



Fonte: Documentos Cooperalfa (2016).

4.3.2 Programa Produção de Biogás

O investimento da Cooperalfa em equipamentos de processamento de dejetos suínos permite a captação do gás metano e sua utilização para aquecimento da água para chuveiros, cozinhar alimentos aos funcionários, e aquecimento em leitões na creche. O projeto é desenvolvido na Unidade de Produção de Leitões - UPL de Palma Sola – SC, na qual os dejetos na unidade são tratados através de três biodigestores e posteriormente direcionados para as lagoas, aplicados como biofertilizantes.

Figura 9 - Geração de Biogás em uma unidade de criação de leitão.



Fonte: Documentos Cooperalfa (2016).

4.3.3 Programa Ambiental de Resíduos Alfa PARA

Este programa busca separar e proceder à destinação adequada dos resíduos gerados na matriz, postos de combustíveis, postos de leite e fábricas de ração. São disponibilizados coletores com as cores definidas pela legislação de acordo com sua classificações (papel/papelão, plástico, vidro, metal, madeira, resíduos perigosos, resíduos ambulatoriais e de serviços de saúde, resíduos radioativos, resíduos orgânicos, resíduo geral não reciclável ou misturado, ou contaminado não passível de separação) nos ambientes de trabalho.

Figura 10 - Coleta seletiva de matérias plásticos, metal, papel e orgânicos.



Fonte: Documentos Cooperalfa (2016).

4.3.4 Programa Ambiental Pecuário Alfa Papa-Sab

O Programa Ambiental Pecuário Alfa Papa-Sab, lançado no CDA de 2011, visa à coleta e destinação final adequada dos resíduos sólidos utilizados no manejo e saúde animal nas propriedades rurais dos associados e integrados de Suínos, Aves e Bovinos de leite, da Cooperalfa. O programa visa atender as exigências da Lei federal 12.305/10 que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), que contém instrumentos para prevenir e reduzir a geração de resíduos, bem como propiciar a reciclagem, reutilização e destinação adequada desses materiais. Neste programa, são coletados os resíduos como luvas, seringas, embalagens de medicamentos e agulhas, sendo acondicionados em bombonas adquiridas pelos integrados, com o intuito de facilitar a armazenagem e transporte dos materiais até os pontos de coleta.

A coleta é realizada em parceria com a empresa Atitude Ambiental. O material coletado nas propriedades dos associados integrados é segregado em bombonas de polietileno de acordo com sua classe toxicológica e vai para um centro de tratamento em Dois Vizinhos (PR) e Mato Grosso do Sul (MS). Antes e após cada coleta é obrigatória a pesagem do caminhão nas balanças da Cooperalfa. O pagamento dos serviços é realizado por peso coletado, sendo que os valores dos serviços, bem como o prazo e forma de pagamento, estão descritos no contrato em vigência entre a Cooperalfa e a empresa Atitude Ambiental.

Levando em consideração as particularidades do programa, é necessário e obrigatório o treinamento e capacitação do associado integrado, pois o acondicionamento dos resíduos de classe 1, conforme preconiza a Resolução 358, Art.12, Grupos A, B e E tem características e acondicionamento diferenciados. O acondicionamento inadequado dos resíduos e deposição de materiais não pertencentes a este tratamento poderá gerar penalidades e multas para os participantes do processo.

A coordenação dos trabalhos desenvolvidos no programa Papa-Sab é de responsabilidade do supervisor técnico, o qual deverá organizar, controlar e repassar as informações da Regional onde atua. Cabe ao gerente de cada filial, a coordenação das atividades e desenvolvimento dos trabalhos com os associados integrados e supervisor técnico do programa na regional, além de auxílio geral nos trabalhos do Setor Ambiental da Cooperalfa.

O planejamento das rotas é realizado pelo coordenador geral, o coordenador Regional e pela empresa Atitude Ambiental. Nessa etapa são programados os dias destinados à coleta, bem como, esclarecimentos de dúvidas e procedimentos de coordenação. No que concerne à divulgação e horários de coletas é de responsabilidade do coordenador Regional, gerente e técnico de cada filial e supervisores técnicos. A divulgação deverá iniciar entre 7 a 10 dias antes de cada data agendada para a coleta e se dará por meio de agentes de comunicação que podem ser através de emissoras de rádio, informativos na filial, visita do técnico nas propriedades, boca a boca, bilhete informativo entregue a cada produtor, enfim a comunicação deve ser bem esclarecida contendo: dia, local da troca da bombona, nome do associado integrado e tempo de permanência no local da troca.

Figura 11 - Representação de coleta de lixo armazenado em bombonas.



Fonte: Documentos Cooperalfa (2016).

4.3.5 Programa Ambiental Agropecuária Alfa Papa-Agro

O programa Ambiental Agropecuária Alfa Papa-Agro tem por objetivo realizar a logística reversa dos produtos veterinários e sanitizantes (desinfetantes e desinfestantes) considerando classe 1, resíduo perigoso, comercializados no balcão das agropecuárias da Cooperalfa, atendendo a Política Nacional dos Resíduos Sólidos (Lei 12.305). Esse trabalho de política reversa é realizado também por meio do programa Papa-Sab, todavia este programa contempla apenas integrados de suínos, aves e bovinos leiteiro. Nesse sentido, com a implementação do Papa-Agro busca-se atender na totalidade o segmento de política reversa dos resíduos utilizados na saúde animal.

A empresa Atitude ambiental faz o recolhimento, a segregação e depois a destinação correta de cada seguimento. Será disponibilizada por agropecuária de duas até cinco bombonas, dependendo da necessidade e volume de venda por produto de saúde animal. As coletas principais ocorrem junto ao programa Papa-Sab, uma vez por ano, geralmente no mês de junho. Em casos específicos de enchimento das bombonas, serão realizadas coletas periódicas por regional. As bombonas são higienizadas, identificadas, numeradas e tampadas pela empresa Atitude Ambiental. Cada coleta deverá ser entregue com a numeração recebida e controlada por documento separado do Papa-Sab emitido pela empresa recolhadora (Atitude Ambiental).

As pesagens dos caminhões deverão ser abertas e fechadas antes das coletas de cada regional, separando os pesos do Papa-Sab e Papa-Agro. Igualmente ao que acontece no programa Papa-Sab, antes e após cada coleta é obrigatória a pesagem do caminhão nas balanças da Cooperalfa. O pagamento dos serviços é realizado por peso coletado, sendo que os valores dos serviços, bem como o prazo e forma de pagamento, estão descritos no contrato em vigência entre a Cooperalfa e a empresa Atitude Ambiental.

Os treinamentos e capacitações dos colaboradores serão por regional de abrangência da Cooperalfa, sendo dois treinamentos por cada regional. Será cobrada a obrigatoriedade de participação nos treinamentos, os gerentes das filiais, supervisores técnicos, atendentes de balcão, técnicos, fornecedores e clientes. Os clientes serão capacitados e informados através de panfletos informativos, no atendimento no balcão e reuniões realizadas pela filial. Após a implantação, será realizada uma reunião anual de reciclagem em cada regional de abrangência do programa e ainda, serão realizadas auditorias dos trabalhos, pelo uma vez por anos em cada filial ou por amostragem de regional que tenha implantado o Papa-Agro.

Caberá aos gerentes das filiais a coordenação das atividades na sua agropecuária para ser realizada a logística reversa dos produtos veterinários e saneantes comercializados na filial. A área Ambiental da Cooperalfa também prestará suporte na coordenação geral dos trabalhos do programa Papa-Agro.

O planejamento das rotas ficará a cargo do coordenador geral do programa na Cooperalfa e o coordenador da empresa Atitude Ambiental. Quanto à divulgação e horário da coleta, a responsabilidade será do gerente da filial, supervisores técnicos e atendentes. As informações para as agropecuárias deveram ocorrer entre 7 a 10 dias antes de cada coleta e se dará por meio de e-mails, informativos e telefone. Já as informações aos clientes são feitas na hora da venda, e por esse motivo deve ser bem esclarecida pelo funcionário da agropecuária, ou seja, são repassadas informações de como funciona o programa, quais os resíduos que podem ser devolvidos e qual o procedimento para entrega.

Figura 12 - Bombonas para o armazenamento de materiais disponibilizados pelo programa Papa-Agro.



Fonte: Documentos Cooperalfa (2016).

Os programas acima descritos visam demonstrar a importância das questões ambientais para a busca do desenvolvimento sustentável e para o amadurecimento do sistema de gestão ambiental da empresa, que só é possível mediante comprometimento, ação e prática de todos os envolvidos.

4.4 PRÁTICAS, POSSIBILIDADES E LIMITAÇÕES DOS PROGRAMAS AMBIENTAIS PAPA-SAB E PAPA-AGRO

As práticas, possibilidades e limitações dos programas ambientais Papa-Agro e Papa-Sab são apresentadas a seguir.

4.4.1 Perfil dos Participantes dos Programas Ambientais Papa-Sab e Papa-Agro e sua Relação com a Cooperalfa

A primeira dimensão se deteve a definir o perfil dos associados integrados da filial de Caxambu do Sul, para posteriormente identificar os principais motivos que os levaram a se tornar associados, bem como os principais ganhos e contribuições de ser associados à Cooperalfa.

Nesse sentido, quanto ao perfil dos respondentes, verificou-se que 95% dos associados integrados da unidade de Caxambu do Sul são do sexo masculino e casados. No que concerne à faixa etária, cabe destacar que 11% dos associados têm idade entre 25 a 42 anos, 47% tem idade entre 43 a 54 anos e 42% têm 55 anos ou mais. Dentre os associados entrevistados, identificou-se que o ensino fundamental incompleto é predominante quanto à escolaridade, seguido do ensino fundamental completo, que juntos somam 83%. Desse modo, percebe-se que o perfil deste grupo é de baixa escolaridade, na sua maioria apresentam idade entre 43 e 54 anos e ainda são casados.

Os entrevistados apresentam em média 23 anos de associação à cooperativa, compreendendo sócios de 2 a 40 anos de associação. Os principais motivos que os levaram a se tornar associados da Cooperalfa remetem a compra e venda de produtos; integração de suínos, aves e bovinos; facilidade na negociação e pelos produtos oferecidos; em função da necessidade de ajuda, apoio, incentivo; pela confiabilidade, credibilidade, segurança e representatividade na região; por ser uma cooperativa que presta auxílio e suporte aos seus associados; pela possibilidade de opinar e participar nas decisões da cooperativa; pela união e força dos associados; certeza no preço de mercado, assistência técnica e cota capital; seriedade no trabalho, valorização do associado jovem, no sentido de ter vez e voz; acessibilidade e crédito aos associados.

Frente a isso, identifica-se a presença do princípio cooperativista, gestão democrática, onde seus membros participam ativamente na formulação das suas políticas e na tomada de decisões. A Cooperalfa desperta interesse aos “possíveis” associados quanto à certeza na negociação dos produtos e por dispor de diversas atividades que atendem as necessidades dos mesmos. Ainda torna-se relevante destacar, que fazer parte da Cooperalfa é uma tradição que vêm de família, ou seja, pela sucessão familiar, passando de pai para filho.

Queremos que nossos filhos deem continuidade aos trabalhos desenvolvidos em conjunto com a Cooperalfa, pois se tornar um associado foi uma das melhores coisas que aconteceram na família, deu-se um passo a frente, além de que sempre fomos bem atendidos, tanto nas negociações quanto nas concessões de crédito. Criamos uma família com a cooperativa (ASSOCIADO 38).

Os principais ganhos e contribuições de ser associados à Cooperalfa foram evidenciados na pesquisa de campo. Dentre os diversos pontos levantados pelos associados, destacam-se os ganhos na parceria/integração com a criação de suínos, aves e bovinos, no sentido de melhorar a produção; cota capital, crédito nas compras e prazos; assistência técnica, transparência das negociações e apoio; bons preços na hora da compra e venda dos

produtos; melhores resultados financeiros e aprendizagens constantes; pela diversidade de atividades e produtos; pelas condições e facilidades que a cooperativa oferece. Todavia, o Associado 23 destaca que antigamente tinha mais facilidade de trabalhar em parceria com a cooperativa, pois auxiliava como intermediadora/financiadora na aquisição de áreas de terras e que atualmente a relação cooperativa e associado é mais burocrática.

O coordenador da área ambiental acredita que a cooperativa busca por meio da união das pessoas que nela se associam (voluntariamente), trazer aos agricultores a satisfação das aspirações e necessidades econômicas, sociais, culturais e ambientais, compensando sua fragilidade econômica, decidindo e atuando em conjunto frente a outras forças presentes no mercado competitivo e imperfeito, colaborando assim para que as empresas rurais tenham sucesso na comercialização de seus produtos, garantindo a rentabilidade de seus negócios.

Desse modo, se identifica o primeiro princípio cooperativista, adesão voluntária e livre, onde a cooperativa oferece benefícios aos agricultores e estes são motivados a se tornar associados da Cooperalfa.

De todas as atividades, negócios e serviços que a Cooperalfa oferece, os que mais se destacam, ou seja, aqueles que os associados mais fazem uso e/ou participam, são a produção de suínos e aves, compras nos supermercados e agropecuárias (insumos, fertilizantes, medicamentos veterinários, entre outro) e postos de combustível.

Na sequência serão analisadas as respostas dos associados integrados e do coordenador da área ambiental da Cooperalfa, levando em consideração os conceitos expostos no referencial teórico em relação à sustentabilidade, gestão educação ambiental, além de se basear nas particularidades apontadas quanto ao cooperativismo.

4.4.2 Práticas e Possibilidades dos Programas Ambientais Papa-Sab e Papa-Agro

A sustentabilidade consiste na conscientização de todos os indivíduos para que consigam identificar maneiras de crescimento sem agredir o meio ambiente e ameaçar o bem-estar das gerações futuras. A preocupação com as causas ambientais é de responsabilidade de todos, nesse sentido identificou-se que os associados consideram importante à preocupação da cooperativa com estas questões, justamente pela atual situação em que o meio ambiente se encontra.

Os cuidados e a preservação com meio ambiente são fundamentais, pois indiscutivelmente precisamos dele. O meio ambiente é nossa casa e se desejamos que nossos filhos, netos e bisnetos tenham uma boa qualidade de vida e possam

usufruir, é claro, de maneira consciente, dos bens naturais e do meio ambiente todos devemos nos conscientizar. O futuro esta em nossas mãos e assim como a cooperativa, a comunidade de maneira geral deve ter responsabilidade (ASSOCIADO 5).

Ainda foi possível visualizar, sob o ponto de vista dos associados, que a cooperativa trabalha auxiliando, orientando e ajudando nas questões de legislação, preservação e cuidado com o meio ambiente. Incentiva e dá suporte quanto à destinação e descarte correto das embalagens, resíduos e lixos em geral, a fim de melhorar a organização das propriedades e contribuir para o bem da natureza.

É importante a preocupação que a cooperativa demonstra em função das causas ambientais, levando em consideração que algumas das atividades desenvolvidas em parceria com a cooperativa acabam agredindo o meio ambiente e por esse motivo é fundamental o cuidado e preservação. A Cooperalfa disponibiliza treinamentos e capacitações que auxiliam e contribuem para minimizar estes impactos. Todavia, de nada adianta o esforço feito pela mesma, se nós associados não fizermos nossa parte (Associado 10).

A sustentabilidade consiste na crescente conscientização dos indivíduos, para que consigam descobrir novas maneiras de promover o crescimento sem agredir o meio ambiente, sem prejudicar a vida da sociedade e ameaçar o bem-estar das gerações futuras. Para a cooperativa, incorporar nas estratégias de gestão questões relacionadas à sustentabilidade e ao cuidado com o meio ambiente é fundamental, tendo em vista, aumentos consideráveis em seu quadro de associados e principalmente de integrados de suínos, aves e bovinos. Nesse sentido, a cooperativa necessita interligar práticas sustentáveis ao sistema produtivo, no intuito de minimizar os impactos ambientais advindos das atividades e ainda, pela responsabilidade socioambiental que a cooperativa preza e segue.

A contribuição da cooperativa para o desenvolvimento sustentável segue no sentido de disponibilizar a todos os associados, integrados e clientes um corpo técnico altamente capacitado e qualificado, que auxiliem de maneira efetiva nas atividades produtivas, bem como orientem sobre os cuidados e práticas com o meio ambiente. Prestam também, suporte efetivo aos produtores no licenciamento ambiental da propriedade, auxiliando-os a ficar em dia com as regularizações e exigências ambientais.

Desenvolve ainda, diversas estratégias e programas ambientais que fomentam a sustentabilidade e como citando anteriormente, possui parceria com algumas entidades ligada as questões ambientais. Deste modo, identificou-se a presença do sexto princípio

cooperativista, a intercooperação que se refere ao trabalho em conjunto com outras cooperativas.

Todas essas ações fazem com que a Cooperalfa tenha uma representatividade na sociedade e contribua para o desenvolvimento sustentável. A partir dos depoimentos dos associados integrados, fica evidente que os mesmos consideram importante o interesse e a preocupação que a cooperativa demonstra quanto às questões ambientais, bem como a própria cooperativa acredita ser fundamental uma organização trabalhar sob a ótica do desenvolvimento sustentável, contemplando aspectos econômicos, sociais e ambientais.

Não muito distante dos tempos atuais, o principal objetivo de qualquer organização era obter o maior retorno possível estando sempre à frente dos concorrentes, prevalecendo a busca da eficiência e da eficácia. Como afirmado pelo coordenador da área ambiental, a preocupação com as questões ambientais, ou até mesmo, em desenvolver aspectos inerentes à gestão ambiental eram insignificantes, embora algumas empresas já tivessem em função de suas atividades emitirem grande quantidade de efluentes.

No entanto, com as mudanças ocorridas no meio organizacional, além dos fatores econômicos e estruturais, outros fatores começam a fazer parte da responsabilidade das empresas, que são as questões do meio ambiente e as questões sociais (CORAL, 2002). O coordenador da área ambiental afirma, que a Cooperalfa sentiu a necessidade de implantar aspectos de gestão ambiental as suas estratégias de gestão entre os anos de 1999 a 2000, quando os órgãos ambientais passaram a exigir e cobrar com mais frequência ações voltadas às causas ambientais. Frete a isso, a diretoria/gerência passou a visualizar e discutir a necessidade de um local específico para tratar dessas questões, que comportassem os órgãos ambientais como a CIDASC, FATMA, Ministério de Agricultura e Abastecimento, Legislação Federal, Estadual e Municipal e ainda que pudesse prestar apoio, suporte e assistências aos associados integrados que necessitassem de auxílio nessas questões.

A gestão ambiental tem por intuito auxiliar as organizações no alcance de efeitos positivos relacionados ao meio ambiente, visando reduzir ou eliminar os problemas causados pela ação humana. Atualmente a Cooperalfa dispõe de diversas iniciativas que promovem o cuidado e a preservação do meio ambiente, além de desenvolver aspectos regulatórios, em função da imposição legal, conforme o relato do coordenador da área ambiental:

Primeiramente, a importância em desenvolver aspectos ligados à gestão ambiental foi pela operacionalidade, ou seja, em detrimento de atender a legislação, pois atualmente nenhuma empresa funciona se não se enquadrar as normas vigentes. Outro ponto importante é em razão do atendimento às exigências dos órgãos financiadores, os quais solicitam cada vez mais projetos com descrição das questões

ambientais para liberação de financiamentos nas atividades produtivas. Hoje, pelos conhecimentos que tenho não existe uma empresa que opera sem desenvolver a gestão ambiental.

Uma das alternativas que a Cooperalfa encontrou para auxiliar no processo de gestão ambiental foi oferecer e propor diversos programas com o intuito de contribuir com o cuidado e preservação do meio ambiente, os quais foram descritos no item 4.2 deste trabalho. Entretanto, para alcançar o objetivo proposto neste estudo, na sequência serão analisados os programas Papa-Sab e Papa-Agro. Torna-se pertinente destacar, que os associados integrados além de participarem dos dois programas em estudo, ainda em sua grande maioria fazem parte do programa Para-Lâmpadas e das demais capacitações e treinamentos. Isso demonstra que existe um sincronismo entre o que a cooperativa oferece e o que o associado busca.

Os associados integrados afirmaram que os principais ganhos e contribuições em participar dos programas Papa-Sab e Papa-Agro consiste na destinação correta das embalagens de medicamentos de saúde animal, de agrotóxicos e demais lixos gerado nas propriedades e ainda consegue-se melhorar o ambiente onde vivem deixando-o mais harmonioso, limpo e cuidado, contribuindo dessa forma, para a melhoria da qualidade de vida.

Depois que começamos a fazer parte desses programas não vemos mais lixo espalhado pela propriedade, o que antes era jogado no meio ambiente agora conseguimos dar destinação correta, evitando até acidentes que anteriormente aconteciam com materiais cortantes que eram depositados ao ar livre. O meio ambiente era mais contaminado propiciando mais doenças aos seres humanos e aos animais. Por meio destes programas mantemos o meio ambiente limpo e por consequência contribuimos com a melhoria na qualidade de vida (ASSOCIADO 9).

Para o coordenador da área ambiental as principais contribuições e ganhos que os associados integrados e os demais clientes da cooperativa, têm ao participarem desses programas são à responsabilidade socioambiental perante a sociedade, tendo em vista as crescentes cobranças tanto dos órgãos ambientais como dos órgãos financiadores. Ressalta ainda, que o associado terá orgulho e a certeza de que praticamente todo o resíduo gerado em sua propriedade estará sendo destinado de maneira correta, o que antes era descartado no meio ambiente.

Identificou-se ainda, que os associados não sentem dificuldade em trabalhar com esses dois programas, uma vez que são de fácil aplicabilidade e manuseio. São programas claros e objetivos que praticamente não exigem esforços por parte do associado. Os mesmos enfatizam que em função das constantes mudanças legais e ambientais são necessários treinamentos e capacitações, a fim de lhes possibilitar um trabalho mais correto e efetivo. Entretanto, em

alguns casos, percebe-se a necessidade de coletas semestrais, tendo em vista a geração de resíduos mais expressivos, que variam de atividade para atividade. Consta-se que os associados tem uma relação aceitável com esses dois programas.

O coordenador da área ambiental da Cooperalfa afirma que apesar de serem programas novos (Papa-Sab e o Papa-Agro) com apenas cinco ou seis anos de trabalho já atingiram de 80% a 90% de seus integrados, entretanto, ainda há o que melhorar, por que a meta é atingir 100% dos mesmos.

A aceitação desses programas está em construção. O coordenador da Cooperalfa afirma que ainda existe resistência por parte de alguns integrados, no sentido de implementar algo novo, do qual não estão acostumados e assim trabalha na perspectiva de quebrar esse paradigma:

Depois que as coisas começam a ser vista com outros olhos tudo muda. Imagina você, em sua propriedade ter diversos resíduos e embalagens e não ter aonde destinar? Seu trabalho é apenas colocar o resíduo no local adequado, sem custo algum. Depois que o associado têm conhecimento disso, tudo fica mais fácil.

O segmento/integração que apresenta maior dificuldade e inadimplência em devolver os resíduos é o de bovinos, pois se migra muito de uma empresa para a outra, dificultado o processo de treinamento e capacitação. Toda a produção feita em parceria com a Aurora tem um incentivo que bonifica o integrado, ou seja, a aurora utiliza um instrumento de controle, composto de condutas, itens ou tarefas que devem ser lembradas e/ou seguidas, denominado de *checklist* (lista de verificações); caso o associado não entregar e não tiver o recibo que ele entregou os resíduos da produção ele é penalizado na pontuação e não recebe o incentivo que é definido pelo sistema aurora.

O acompanhamento desenvolvido pela cooperativa com relação a esses programas, na visão dos associados, se deu inicialmente com um treinamento referente aos programas e depois são realizados acompanhamentos pelo do técnico e gerente da filial. Esses monitoramentos são feitos por meio de inspeções, avisos prévios, verificação e cobranças, como bem expressa o Associado 14:

Foi feito um treinamento inicial onde foram repassadas as informações dos programas e após isto, o acompanhamento é feito por meio do aviso prévio das datas e horários de coleta, o técnico e o gerente da filial estão sempre disponíveis para sanar nossas dúvidas, explicar, orientar e verificar se de fato estamos separado adequadamente as embalagens e resíduos e ainda dão sugestões e dicas sobre o melhoramento do programa na propriedade.

No setor ambiental da cooperativa, existe uma coordenação responsável pelos programas e que cada regional dispõe de um supervisor que é responsável pelos programas daquela região e ainda o gerente da filial sede que também auxilia na coordenação. Para o coordenador da área ambiental:

O acompanhamento se dá por meio de capacitações e treinamentos que são realizados com base no déficit e no número de análises que fizemos a cada período de coleta. Analisam-se as falhas e faltas de treinamento e se não tivermos um bom percentual de devolução e aceitação dos programas é feita a reciclagem dos mesmos. As análises são feitas/estudas por região, pois cada uma apresenta suas particularidades e estas devem ser tratadas isoladamente.

Todavia, os associados sentem a necessidade de um acompanhamento mais efetivo por meio de orientações e treinamentos, sugerindo que os responsáveis pelos programas realizem visitas mais frequentes nas propriedades, inspecionando, vistoriando e fazendo relatórios da situação encontrada na propriedade.

O programa Papa-Sab encontra-se na sua sexta edição e desde seu lançamento foram coletados um total de 131.184,90 kg de resíduos das propriedades dos integrados participantes, descartados de maneira correta, preservando o meio ambiente. A cooperativa realiza um intenso acompanhamento deste programa, no intuito de diagnosticar sua relevância para o meio ambiente. Os resultados apresentados são satisfatórios como pode se visualizar no quando a seguir.

Quadro 9 – Acompanhamento das coletas do programa Papa-Sab.

	Nº de integrados	Nº de integrados coletados	Kg coletados	Média de Kg por integrado	Adimplência (%)	Inadimplência (%)
1º coleta	1.847	1.567	14.775,30	9,43	84,84	15,16
2º coleta	1.903	1.526	16.558,60	10,85	80,18	19,82
3º coleta	2.170	1.828	18.271,00	9,99	84,24	15,76
4º coleta	1.982	1.698	18.610,00	10,96	85,67	14,33
5º coleta	2.068	1.722	39.360,00	22,85	88,15	11,85
6º coleta	2.194	1910	23.610,00	10,76	87,06	12,94

Fonte: Adaptado Cooperalfa (2016).

Apesar dos seus resultados satisfatórios, visualizou-se que as coletas não estão sendo realizadas com todos os associados integrados. Assim sendo, a Cooperalfa busca dar continuidade aos bons resultados do projeto visando alcançar o objetivo lançado no início do programa atingindo 100% das propriedades associadas integradas a realizarem a entrega

destes resíduos. Para tal, é necessária a colaboração de todos os envolvidos no programa a fim de promover a preservação ambiental e por consequência a melhoria da qualidade de vida.

Com relação ao programa Papa-Agro, sabe-se que no ano de 2013 foram recolhidos pela Cooperalfa em seus pontos de coletas, 18.610,00 kg de embalagens e resíduos, que posteriormente foram descartados de maneira correta.

Na visão do coordenador da área ambiental, as limitações existentes dos programas Papa-Sab e Papa-Agro remetem-se a conscientizar os participantes (integrados, associados e clientes) da sua importância nesse processo a fim de atingir os objetivos propostos. Para tanto, deve-se propiciar os conhecimentos necessários à compreensão do meio ambiente, de modo a fomentar uma consciência social que produza atitudes e afete comportamentos. Assim, para que um programa seja efetivo, deve simultaneamente cultivar valores positivos acerca da preservação da natureza, despertar o interesse pela aquisição de conhecimentos, incentivar a reflexão sobre as práticas ambientais e desenvolver atitudes positivas e habilidades necessárias à preservação e melhoria da qualidade ambiental.

Além dos programas ambientais já existentes, buscou-se identificar por meio dos associados, a necessidade de implantar novos programas, que sejam capazes de atender algumas dificuldades presente na propriedade, como por exemplo, a coleta do lixo reciclável, pilhas e lixo eletrônico que acabam sendo destinados de maneira incorreta no meio ambiente, devido à falta de opções de tratamento no campo. Uma sugestão seria a parceria entre o poder público e a Cooperalfa, trabalhando juntos, estimulando os associados integrados a promover a separação adequada do lixo, contribuindo desta forma para a promoção da sustentabilidade.

Outra sugestão que parte dos associados integrados é a distribuição de mudas, tanto de árvores frutíferas quanto nativas, capazes de contribuir para a conservação das áreas verdes da propriedade e ainda, para a construção ou manutenção da área de preservação permanente.

A atual realidade demanda pessoas e organizações que visam à proteção do meio ambiente e que fomentem o desenvolvimento sustentável num contexto de crescente dificuldade, tanto em aspectos econômicos, sociais e ambientais. Frente a esse cenário, a Cooperalfa planeja, desenvolve e executa ações que provem a educação ambiental, visando o gerenciamento e o melhoramento das relações entre o ser humano e o meio ambiente.

As políticas e estratégias de gestão ambiental que a cooperativa desenvolve vêm ancorar a educação ambiental. São processos de formação e informação orientados para o desenvolvimento da sensibilidade crítica sobre as questões ambientais, exigindo dos indivíduos uma ação mais efetiva na preservação e recuperação do meio ambiente. De acordo

com o coordenador da área ambiental são realizados trabalhos com os associados, colaboradores e com a comunidade de maneira geral:

Com os associados, a cooperativa desenvolve um trabalho intensificado há praticamente 20 anos através do CDA, dias de campo, treinamentos, programas e orientações. Com os colaboradores, a Cooperalfa disponibiliza um treinamento introdutório que contempla tanto aspectos ambientais como de segurança e após, seguem treinamentos semestrais, onde são levantados e discutidos os assuntos pertinentes da área ambiental. Para a sociedade de maneira geral; a educação ambiental é praticada por meio de palestras, reuniões, programas e pela comunicação social.

Em suma, o objetivo dos trabalhos e atividades desenvolvidos em prol da educação ambiental tem o intuito de iniciar um processo de reflexão e conscientização de toda a cadeia atrelada à Cooperalfa. A metodologia utilizada baseia-se em palestras sensibilizadoras e motivadoras, treinamentos e capacitações que vão desde a agricultura de precisão, perpassando pela dinâmica de poder compartilhado e pelos programas ambientais, sempre estimulando a responsabilidade e compromisso com as questões ambientais e sociais. A vertente educativa contempla em torno de 60 mil horas de treinamento por ano, parte bancados pelo SESCOOP, incluindo conhecimento para os colaboradores e para as famílias cooperadas (juventude, mulheres agricultoras, associados, casais e líderes comunitários), via eventos técnicos, seminários e reuniões.

A operacionalização de dois princípios cooperativistas, educação, formação e informação e o interesse pela comunidade que diz respeito às cooperativas promoverem a educação e a formação dos seus membros, é evidenciada.

No que concerne às capacitações disponibilizadas pela cooperativa, identificou-se que os associados, ou pelo menos um dos membros da família, costumam participar das capacitações (reunião, palestras, etc.) disponibilizadas pela cooperativa. Enfatizam a importância desses encontros pelas constantes mudanças do mercado, destacando que os associados precisam estar atualizados e participar ativamente dessas capacitações, pois são oportunidades de aprendizagem, trocas de conhecimentos e experiências.

Consideramos importantes essas capacitações e sempre que possível participamos, pois são nesses encontros que discutimos, aprendemos, compartilhamos conhecimentos e muitas das coisas vistas lá conseguimos aplicar a propriedade, e ainda, melhor nossas atividades (ASSOCIADO 21).

O Associado 28 reforça a importância das capacitações:

Consideramos importante e buscamos uma participação efetiva, porque vimos muitas coisas que nos incentivam, como por exemplo, as propriedades modelos e por meio destas buscamos melhorar o que ainda precisa em nossa propriedade;

Todavia, identificou-se que um dos fatores que impossibilita a participação dos associados nas capacitações ofertadas pela cooperativa é a composição cada vês menor do grupo familiar. Frente a isso, os cooperados sugerem que a equipe da Cooperalfa, realize visitas mais frequentes às propriedades, a fim de repassar as principais informações vistas e discutidas nesses encontros.

Tendo em vista, a dimensão do CDA, no tocante educação ambiental, buscou-se identificar a opinião dos associados sobre este evento e estas remetem-se a participação efetiva dos associados, consideram um momento diferenciado da rotina do dia-a-dia, um espaço para aprendizagens, conhecimentos e lazer. Os associados, de modo geral, enfatizam que a cada nova edição promovida, a Cooperalfa procura mostrar ao associado o que tem de mais atual no mercado relacionado às suas atividades, bem como procura promover capacitações de como aplicar essa nova tecnologia em sua propriedade. Ressaltam ainda, a importância de destinar os dias específicos para cada público, como por exemplo, um dia só para as mulheres e jovens.

Entretanto alguns associados, mas especificamente, integrados de aves, sentem a necessidade do CDA ofertar capacitações voltadas para a atividade de avicultura, tendo em vista, a participação em outros eventos da região, os quais abordam fortemente este seguimento.

Particpei da última feira promovida pela Cooperativa X e pude perceber que eles ofertam palestras, treinamento e capacitações para cada seguimento em específico. O CDA é um espaço de grandes aprendizagens, entretanto senti falta de um atrativo para os avicultores (ASSOCIADO 23).

Outra sugestão é que a Cooperalfa faça um levantamento junto aos participantes, na próxima edição do CDA, no intuito de identificar de maneira mais abrangente, a percepção do público sobre o evento, suas principais necessidades, e ainda os assuntos mais relevantes à realidade de cada seguimento, identificando dessa forma, o que de fato buscam ao participarem do CDA.

4.4.3 Limitações dos Programas Ambientais Papa-Sab e Papa-Agro

Na medida em que Papa-Sab é um programa destinado exclusivamente aos integrados de suínos, aves e bovinos da Cooperalfa observou-se que este tem um acompanhamento por parte da cooperativa, quanto ao número total de integrados dos três segmentos abrangentes; o

número de integrados coletados; o total de quilos coletados; a média de quilos recolhidos por integrado; a adimplência (%) e a inadimplência (%) em cada uma das seis edições realizadas desde o início do programa. Constata-se ainda, que apesar de ser programa com pouco tempo de aplicabilidade, seus resultados são atrativos, todavia ainda precisa ser aperfeiçoado, no intuito de atingir 100% de seus integrados.

Ressalta-se a ideia de realizar a coleta duas vezes ao ano, em função da quantidade de resíduos gerados nas propriedades, principalmente dos avicultores. Cabe destacar também, que dos 39 associados integrados da filial de Caxambu do Sul, não houveram integrados participantes do seguimento bovinos, deste modo não se pode generalizar os resultados obtidos em relação ao programa Papa-Sab na filial em estudo.

Por sua vez, o Papa-Agro é um programa desenvolvido com o objetivo de recolher todos os resíduos dos produtos veterinários vendidos no balcão das agropecuárias da Cooperalfa e dessa forma abrange todos os cooperados, integrados e clientes que compram da cooperativa. Em decorrência do seu público alvo, não se tem um controle efetivo da quantidade real de participantes deste programa.

É pertinente destacar ainda, que em comparação ao Papa-Sab, o Papa-Agro não tem um acompanhamento tão detalhado por parte da cooperativa, assim, seria interessante desenvolver e/ou utilizar ferramentas que auxiliasse a cooperativa no monitoramento dos principais resultados do Papa-Agro.

Em suma, não foram diagnosticadas limitações significativas em relação aos dois programas em estudo, sendo que ambos são facilmente praticados por parte dos envolvidos. Entretanto, sugere-se capacitar e treinar constantemente os integrados, a fim de lhes deixar inteirados sobre a importância do processo efetivo dos programas, abordando temas como a separação adequada dos resíduos, alternativas para melhorar o gerenciamento destes programas nas propriedades, o reflexo destes programas para com o meio ambiente e a sociedade, entre outros. Dar continuidade aos trabalhos de acompanhamento por parte da cooperativa e um controle intenso dos resultados obtidos, a fim de atingir 100% dos cooperados, integrados e clientes; a divulgação dos objetivos e resultados destes programas e a importância dada à todos os envolvidos nesse processo promove a melhoria do sistema produtivo, o bem-estar social e principalmente contribui para a preservação do meio ambiente.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta parte visa descrever as principais considerações acerca dos resultados obtidos com a pesquisa, bem como apresentar as limitações do estudo e recomendações para futuras investigações.

5.1 CONCLUSÃO

Diante do contexto organizacional fica cada vez mais evidente a importância de adotar modelos de negócios com base no tripé de sustentabilidade, integrando as dimensões econômicas, sociais e ambientais.

A essência do cooperativismo rompe com os atuais paradigmas da competição desenfreada, colocando-se como uma alternativa indispensável ao desenvolvimento sustentável. A força das cooperativas mostra a possibilidade de construir uma sociedade com melhor distribuição de renda, maior justiça social e preservação ambiental. As cooperativas fundamentam-se na necessidade de garantir, de maneira sustentável, as condições de vida de seus cooperados e, por conseguinte, das comunidades onde eles vivem.

Verifica-se que existe uma relação entre os conceitos de sustentabilidade e os princípios das organizações cooperativas, no qual o desenvolvimento econômico e o bem-estar social aliam-se à preservação dos recursos ambientais. Desse modo, evidencia-se que as organizações cooperativas primam pelo desenvolvimento sustentável, representando a possibilidade de equilíbrio entre os diversos atores econômicos e contribuindo, para o crescimento sustentável das comunidades.

A Cooperalfa em seus quase 50 anos de fundação, demonstra no transcorrer de sua história a preocupação e a responsabilidade em fortalecer e melhorar a renda média das famílias rurais, aumentar a produtividade e a expectativa média de vida de seus associados. Carrega em sua missão, visão e valores a preocupação em promover o desenvolvimento sustentável do setor do agronegócio, gerando resultados econômicos, sem agredir e prejudicar o bem-estar da sociedade e o meio ambiente.

Quanto às práticas desenvolvidas, verificou-se que a Cooperalfa segue plenamente os aspectos regulatórios necessários para o andamento de suas atividades, desenvolvendo primeiramente ações direcionadas ao atendimento da legislação e posteriormente por consciência ambiental.

As políticas e estratégias de gestão e educação ambiental, formuladas e implantadas pela cooperativa revelam sua preocupação, cuidado e preservação com o meio ambiente, atrelada a melhoria da qualidade de vida e ao avanço do sistema produtivo. Algumas das atividades desenvolvidas em parceria com cooperativa, acabam afetando o meio ambiente, como por exemplo, a criação de suínos, para tal, é perceptível sua preocupação em minimizar os efeitos negativos causados ao meio ambiente, intensificando projetos, programas e ações, em prol destas causas.

Foi constatado que a Cooperalfa busca alinhar suas políticas internas e estratégias de atuação, a propor uma reflexão da importância em preservar o meio ambiente, proporcionando benefícios para a sociedade como um todo. Comprova-se que a implantação da gestão e educação ambiental, são processos que modificam as perspectivas ambientais por parte das empresas.

Os programas ambientais implantados pela Cooperalfa são voltados principalmente às questões de reciclagem e descarte correto dos produtos comercializados e, em função das atividades desenvolvidas nas propriedades rurais, as quais acabam agredindo o meio ambiente, exigindo assim um trabalho intenso de práticas ambientais. Todavia, verifica-se que esses programas não atendem a todas as atividades institucionais desenvolvidas pela cooperativa.

Com relação aos programas em estudo, identificou-se que às práticas dos programas ambientais Papa-Sab e Papa-Agro na filial de Caxambu do Sul visam à destinação correta das embalagens de medicamentos de saúde animal, de agrotóxicos e demais lixos gerados nas propriedades; a contribuição frente aos órgãos fiscalizadores e financiadores e a fácil aplicabilidade, ao não exigir esforços significativos por parte dos associados.

Quanto às possibilidades dos programas, identificaram-se as coletas semestrais, ao invés de anuais, a fim de atender as necessidades dos integrados, principalmente do segmento avicultura, que acabam gerando um maior volume de resíduos em detrimento desta atividade; a parceria entre o poder público e a Cooperalfa, na coleta do lixo reciclável, pilhas e lixo eletrônico que acabam sendo destinados de maneira incorreta no meio ambiente, devido à falta de opções de tratamento no campo; a distribuição de mudas, tanto de árvores frutíferas quanto nativas, para a conservação das áreas verdes da propriedade e ainda, para a construção ou manutenção da área de preservação permanente; treinamentos e capacitações mais intensas, devido às constantes mudanças legais e ambientais; visitas mais frequente dos responsáveis pelos programas, nas residências dos associados, integrados e clientes e a

continuidade dos resultados dos programas visando alcançar 100% dos associados, integrados e clientes.

Às limitações dos programas voltam-se a resistência por parte de alguns integrados, no sentido de implantar algo novo, do qual não estão acostumados; a rotatividade do seguimento bovinocultura; capacitações e treinamentos apenas quando iniciaram a implantação dos programas e a não compreensão de alguns participantes (integrados, associados e clientes) sobre a sua importância no processo efetivo desses programas. Pelo público abrangente, o programa Papa-Agro não tem um acompanhamento preciso, quando comparado ao Papa-Sab, deste modo, acaba inibindo os reais resultados.

Identificou-se que ambos os programas (Papa-Sab e Papa-Agro) contribuem para a preservação do meio ambiente, tendo em vista a quantidade de resíduos coletados, que possivelmente seriam destinados ao meio ambiente, auxiliam na melhoria da qualidade de vida e bem-estar, tanto dos associados, integrados, clientes e comunidade em geral, no sentido de proporcionar um local mais organizado, limpo e harmonioso, e ainda, proporcionam ganhos financeiros aos participantes, tanto no processo produtivo em si, como no incentivo pela entrega dos resíduos e embalagens.

Considera-se que o papel destes dois programas está diretamente ligado à evolução produtiva das pequenas propriedades rurais, além de buscar um equilíbrio entre o social e o ambiental.

5.2 LIMITAÇÕES

Como limitações do estudo estão o método de seleção da unidade de análise e sujeitos da pesquisa, que ocorreu por critério de acessibilidade, não sendo capaz de aprofundar as questões levantadas no estudo e promover uma resposta mais efetiva quanto à real contribuição dos programas ambientais Papa-Sab e Papa-Agro para a sustentabilidade da Cooperalfa.

Também destaca-se como limitação, somente ter utilizada abordagem qualitativa, que ainda sofre críticas por seu empirismo, pela subjetividade e pelo envolvimento emocional do pesquisador, não podendo ter seus resultados generalizados para outras organizações.

5.3 RECOMENDAÇÕES

Propõem-se para pesquisas futuras, recomendações a níveis gerenciais e acadêmicos. Uma organização que se preze gerir sustentavelmente é aquela que se molda e esta disposta a desenvolver aspectos e elementos, que juntos promovem a qualidade de vida e o bem-estar de todos os envolvidos, a redução do impacto ambiental e ainda que sejam capazes de propor atividades e serviços rentáveis. Por meio da adoção deste modelo e da incorporação da gestão e educação ambiental, as organizações serão capazes de atingir novos patamares de eficiência, eficácia e efetividade, calcados por um senso de comprometimento e responsabilidade com os aspectos sociais e ambientais. A responsabilidade social e a preservação ambiental significam um compromisso com a vida, assim é importante o comprometimento de todos.

Em nível acadêmico sugere-se a realização de um estudo quantitativo sobre a contribuição dos Programas Ambientais Papa-Sab e Papa-Agro para a promoção da sustentabilidade da Cooperalfa, identificando numericamente as contribuições econômicas, sociais e ambientais; desenvolver novos estudos sobre cada um dos programas ambientais desenvolvidos pela cooperativa, de modo a identificar suas relevâncias para a sustentabilidade da cooperativa; e pode-se ainda, realizar um estudo, a fim de verificar a importância destes programas para o desenvolvimento sustentável local.

A ampliação da amostra, abrangendo associados que não são integrados e também os que são apenas clientes da cooperativa, a fim de obter dados mais abrangentes, de maneira que os resultados possam ser corroborados e, dessa forma, generalizados.

Outro estudo poderia ser um comparativo com outra cooperativa da região, no sentido de identificar as melhores práticas de sustentabilidade desenvolvidas por esse tipo de organização, ou ainda, sugere-se realizar pesquisas com o mesmo objetivo em sociedades mercantis que visam à obtenção de lucros, e após realizar um comparativo com os resultados obtidos nas sociedades cooperativas.

REFERÊNCIAS

ABRANTES, José. **Associativismo e cooperativismo**: como a união de pequenos empreendedores pode gerar emprego e renda no Brasil. Rio de Janeiro: Interciência, 2004.

ABNT. Associação Brasileira de Normas Técnicas. NBR **10004**: Resíduos sólidos - Classificação. Rio de Janeiro. 2004. 71 p.

ALMEIDA, Josimar Ribeiro. **Gestão ambiental para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Thex: Almeida Cabral, 2010.

ÁVILA, Célia M. de. **Gestão de projetos sociais**. 3. ed. São Paulo: Aapcs, 2001. Disponível em: <http://www.casa.org.br/images/PDFARQUIVOS/Gesto_de_Projetos_Sociais.pdf>. Acesso em: 19 out. 2015.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa, 2008. 281 p.

BARBIERI, José Carlos. **Gestão ambiental empresarial**: conceitos, modelos e instrumentos. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2011. 376 p.

BENATO, João Vitorino Azolin. **O ABC do cooperativismo**. São Paulo: ICA, 1994.

BOFF, Leonardo. **Sustentabilidade**: o que é – o que não é. 2 ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2013.

BRASIL. Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA). Resolução CONAMA nº 001, de 23 de janeiro de 1986 Critérios básicos e diretrizes gerais para a avaliação de impacto ambiental. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=23>>. Acesso em: 25 out. 2015.

BRASIL. Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971. Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências. **Planalto**, Brasília. 1971. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15764.htm>. Acesso em: 20 ago. 2015.

BRASIL. Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. **Planalto**, Brasília, 1981a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6938.htm>. Acesso em: 20 mar. 2016.

BRASIL. Lei nº 6.902, de 27 de abril de 1981. Dispõe sobre a criação de Estações Ecológicas, Áreas de Proteção Ambiental e dá outras providências. **Planalto**, Brasília, 1981b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6902.htm>. Acesso em: 15 mar. 2016.

BRASIL. Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989. Dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos,

seus componentes e afins, e dá outras providências. **Planalto**, Brasília, 1989. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7802.htm>. Acesso em: 18 mar. 2016.

BRASIL. Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. **Planalto**, Brasília, 1998. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9605.htm>. Acesso em: 15 mar. 2016.

BRASIL. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. **Planalto**, Brasília, 1999. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm>. Acesso em: 04 set. 2015.

BRASIL. Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. **Planalto**, Brasília, 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm>. Acesso em: 15 mar. 2016.

BRASIL. **Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA)**. Criado pela Lei nº 6.938/81, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/governanca-ambiental/sistema-nacional-do-meio-ambiente>>. Acesso em: 15 mai. 2016.

CENZI, Nerii Luiz. **Cooperativismo**: Desde as origens ao projeto de lei e reforma do sistema cooperativo brasileiro. Curitiba: Juruá, 2012. 172 p

CONAMA. Conselho Nacional de Meio Ambiente. **O que é o CONAMA?**. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/>>. Acesso em: 15 mai. 2016.

COOPERALFA, Controladoria e Assessoria de Imprensa. **Balço Social e Ambiental 2005**. Cooperativa Agroindustrial Alfa 2016.

COOPERALFA, Relatório de gestão 2014. **Demonstrativo Socioambiental 2014**. Cooperativa Agroindustrial Alfa 2016.

CORAL, Eliza. **Modelo de planejamento estratégico para a sustentabilidade empresarial**. 2002. 275 f. Tese (Doutorado) - Curso de Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/82705/189235.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 25 out. 2015.

CRÚZIO, Helnon de Oliveira. **Como organizar e administrar uma COOPERATIVA**: uma alternativa para o desemprego. 4. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

DIAS, Genebaldo Freire. **Educação Ambiental**: Princípios e práticas. 9. ed. São Paulo: Gaia, 2004.

DINIZ, Eliezer M.; BERMAN, Celio. **Economia verde e sustentabilidade**. Estudos Avançados, São Paulo, v. 26, n. 74, p.323-329, 2012. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/10643/12385>>. Acesso em: 09 out. 2015.

DMITRUK, Hilda Beatriz. **Cadernos metodológicos: diretrizes do trabalho científico**. 8. ed. Chapecó: Argos, 2012. 238 p.

DONAIRE, Denis. **Gestão ambiental na empresa**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

EDUCAÇÃO COOPERATIVA. **Cooperativismo: Conceito e Princípios**. 2011. Disponível em: <<http://oqueecooperativismo.blogspot.com.br/2011/07/cooperativismo-conceito-e-principios.html>>. Acesso em: 15 set. 2015.

EPELBAUM, Michel. **A influência da gestão ambiental na competitividade e sucesso empresarial**. 2004. 190 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Engenharia de Produção, Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/3/3136/tde-02072004-190334/en.php>>. Acesso em: 12 out. 2015.

FATMA. Fundação do Meio Ambiente. **O que é: organograma da FATMA**. 2016. Disponível em: <<http://www.fatma.sc.gov.br/conteudo/o-quee>>. Acesso em: 12 mai. 2016.

FERREIRA, Victor Cláudio Paradela. CARDOSO, Antônio Semeraro Rito. CORRÊA, Carlos José. FRANÇA, Célio Francisco. **Modelos de Gestão**. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2009. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=LBWHCgAAQBAJ&pg=PT14&dq=efetividade+eficiencia+eficacia+na+sustentabilidade&hl=pt-BR&sa=X&ved=0ahUKEwivoez9p_HMAhUGi5AKHXpNBUSQ6AEILzAB#v=onepage&q=efetividade%20eficiencia%20eficacia%20na%20sustentabilidade&f=false>. Acesso em: 20 out. 2015.

FONSECA, Luciano Pastório. MADRUGA, Lúcia Rejane da Rosa Gama. MAZZA, Vera Maria de Souza. TEIXEIRA, Maisa Gomide. STRECK, Letiane. Cooperativismo e Sustentabilidade: um estudo sobre a produção científica na base web of science. **Revista de Gestão e Organizações Cooperativas**, Santa Maria RS, v. 1, n. 1, p.12-22, 1º sem. 2014. Semestral. Disponível em: <<http://cascavel.ufsm.br/revistas/ojs2.2.2/index.php/rgc/article/view/15486/pdf>>. Acesso em: 15 out. 2015.

FRANTZ, Walter. **Associativismo, cooperativismo e economia solidária**. Ijuí: Unijuí, 2012. Disponível em: <<http://bibliodigital.unijui.edu.br:8080/xmlui/bitstream/handle/123456789/963/Associativismo,%20cooperativismo%20e%20economia%20solid%C3%A1ria.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 25 ago. 2015

FRASSON, Ieda. **Critérios de eficiência, eficácia e efetividade adotados pelos avaliadores de instituições não-governamentais financiadoras de projetos sociais**. 2001. 319 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/82184/175094.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 22 out. 2015.

GERHARDT, Tatiana E. (Org.) SILVEIRA, Denise T. (Org.) **Métodos de pesquisa**.

Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. Disponível em:
<<http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>>. Acesso em: 22 out. 2015.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GONSALVES, Elisa Pereira. **Conversas sobre iniciação a prática científica**. 4. ed. Campinas São Paulo: Alínea, 2007. 96 p.

IBAMA. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. **Identidade Organizacional**. 2016. Disponível em:<<http://www.ibama.gov.br/acesso-a-informacao/identidade-organizacional>>. Acesso em: 14 mai. 2016.

IAP. Instituto Ambiental do Paraná. **Missão e Atribuições**. Disponível em:
<<http://www.iap.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=348>>. Acesso em: 12 mai. 2016.

IMASUL. Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul. **Quem Somos**. 2016. Disponível em: <<http://www.imasul.ms.gov.br/institucional/quem-somos/>>. Acesso em: 11 mai. 2016.

MAGRI, Cledir A.; RISSON, Cláudio; FLACH, Affonso Augusto Bulção; JUNIOR, Egon Gabriel. **Cooperativismo de crédito solidário: Reflexões e boas práticas**. Passo Fundo: IFIBE, 2010. 325 p.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa: Planejamento e execução de pesquisas; Amostragens e técnicas de pesquisa e elaboração, análise e interpretação de dados**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

MORASCO, Fernanda. **O cooperativismo de crédito em Santa Catarina**. 2007. 80 f. TCC (Graduação) - Curso de Ciências Econômicas, Centro Sócio Econômico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007. Disponível em:
<<http://tcc.bu.ufsc.br/Economia293480>>. Acesso em: 30 out. 2015.

MÜLLER, Orlando Borges. Cooperativismo e sustentabilidade. **Jornal do Comércio**. Porto Alegre. 07 jan. 2014. Disponível em: <<http://jcrs.uol.com.br/site/noticia.php?codn=150826>>. Acesso em: 02 set. 2015.

OCESC (Santa Catarina) (Org.). **Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina**. Disponível em:
<<http://www.ocesc.org.br/institucional/cooperativismo.php>>. Acesso em: 28 ago. 2015.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. **Manual de gestão das cooperativas: Uma abordagem prática**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

OLIVEIRA FILHO, Jaime Evangelista de. Gestão ambiental e sustentabilidade: um novo paradigma eco-econômico para as organizações modernas. : **Rev. Teor. Pol. Soc.** Ciudad,

Salvador, v. 1, n. 1, p. 104-126, jan./jun. 2004. Disponível em:
<<http://ojs.fbb.br/ojs/index.php/domus/article/view/8/8>>. Acesso em 20 out. 2015.

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS - OCB (Brasil). **Sete linhas orientam o cooperativismo**. 2015. Disponível em:

<<http://www.ocb.org.br/site/cooperativismo/principios.asp>>. Acesso em: 20 set. 2015.

PEREIRA, Adriana Camargo; SILVA, Gibson Zucca da; CARBONI, Maria Elisa Ehrhardt; **Sustentabilidade, responsabilidade social e meio ambiente**. São Paulo: Saraiva, 2011.

SANTA CATARINA. Lei nº 14.675, de 13 de abril de 2009. Institui o Código Estadual do Meio Ambiente e estabelece outras providências. **Governador do Estado de Santa Catarina**. Florianópolis, 2009.

SANTOS, Rozely Ferreira dos. **Planejamento ambiental: teoria e prática**. São Paulo: Oficina de Textos, 2004. 184 p.

SEIFFERT, Mari Elizabete Bernardini. **ISSO 14001 Sistemas de Gestão Ambiental: Implantação objetiva e econômica**. São Paulo: Atlas, 2005.

SISNAMA. **Sistema Nacional do Meio Ambiente**. 2016. Disponíveis em:
<<http://www.mma.gov.br/governanca-ambiental/sistema-nacional-do-meio-ambiente>>.
Acesso em: 15 mai. 2016

TACHIZAWA, Takeshy. **Gestão ambiental e responsabilidade social corporativa: estratégias de negócios focadas na realidade brasileira**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

TAMAIIO, Irineu. **A mediação do professor na construção do conceito de natureza: uma experiência de Educação Ambiental na Serra da Cantareira e Favela do Flamengo - São Paulo/SP**. 2000. 141 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Educação Aplicada às Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas São Paulo, 2000.

TAVARES, Mauro Calixta. **Gestão estratégica**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 14. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

APÊNDICE A



Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS

Campus Chapecó - SC

Roteiro de entrevista com os associados integrados a Cooperativa Agroindustrial Alfa

I – Identificação do Respondente:

Sexo: () Feminino () Masculino

Faixa Etária:

- () De 25 a 30 anos
- () De 31 a 36 anos
- () De 37 a 42 anos
- () De 43 a 48 anos
- () De 49 a 54 anos
- () De 55 a 60 anos
- () Mais de 61 anos

Escolaridade

- () Não Escolarizado
- () Ensino Fundamental Incompleto
- () Ensino Fundamental Completo
- () Ensino Médio Incompleto
- () Ensino Médio Completo
- () Ensino Superior Incompleto
- () Ensino Superior Completo
- () Pós-Graduação

Estado Civil:

- () Solteiro
- () Casado
- () Vivendo em União Estável
- () Separação/Divórcio
- () Viúvo

II – A Cooperativa

- 1- Há quantos anos o senhor (a) é associado da Cooperativa Agroindustrial Alfa?
- 2- Quais foram os principais motivos que o levaram a se tornar associado da Cooperativa Agroindustrial Alfa?
- 3- Quais as contribuições/benefícios de ser um cooperado da Cooperativa Agroindustrial Alfa?
- 4- Em qual dos negócios/serviços que a cooperativa oferece você faz uso e/ou participa?

III – Dimensão Ambiental

- 5- O senhor (a) considera importante que a Cooperativa se preocupe com questões ambientais e sociais? Se sim, por quê?
- 6- Quais desses programas de gestão ambiental são desenvolvidos em sua propriedade?
 - () Programa Papa-Agro
 - () Programa Papa-Sab
 - () Programa Para-Lâmpadas
 - () Programa de Produção de Biogás
- 7- Para o senhor (a), qual a importância em participar desses programas?
- 8- O senhor (a) sente alguma dificuldade em trabalhar com esses programas? Sente necessidade de capacitação e treinamento?
- 9- Depois que o senhor (a) começou a participar desses programas, quais foram os benefícios, ganhos e contribuições (econômica, social e ambiental) que pode perceber?
- 10- Existe algum tipo de acompanhamento desenvolvido pela Cooperativa com relação a esses programas? Se sim, de que forma esse acompanhamento é realizado?
- 11- O senhor (a) participa ou já participou de alguma capacitação (reuniões, palestras, etc.) desenvolvidas pela Cooperativa Agroindustrial Alfa? Se sim, de que forma o senhor vem participando e qual sua opinião sobre essas capacitações?
- 12- O senhor (a) participa ou já participou alguma vez do Campo Demonstrativo Alfa (CDA)? Se sim, qual sua opinião sobre esse evento?
- 13- O senhor (a) sente a necessidade de implantar novos programas? Se sim, em que sentido? Justifique.

Obrigada pela participação!

APÊNDICE B



Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS

Campus Chapecó - SC

Roteiro de entrevista com coordenador da área ambiental e dos programas ambientais Papa-Sab e Papa-Agro da Cooperativa Agroindustrial Alfa.

I – Identificação

Sexo: () Feminino () Masculino

Faixa Etária:

- () De 25 a 30 anos
- () De 31 a 36 anos
- () De 37 a 42 anos
- () De 43 a 48 anos
- () De 49 a 54 anos
- () De 55 a 60 anos
- () Mais de 61 anos

Escolaridade

- () Não Escolarizado
- () Ensino Fundamental Incompleto
- () Ensino Fundamental Completo
- () Ensino Médio Incompleto
- () Ensino Médio Completo
- () Ensino Superior Incompleto
- () Ensino Superior Completo
- () Pós-Graduação
- () Mestrado
- () Doutorado

Estado Civil:

- () Solteiro
- () Casado
- () Vivendo em União Estável
- () Separação/Divórcio
- () Viúvo

Gostaria que comentasse sobre sua trajetória na Cooperativa Agroindustrial Alfa? (Quantos anos faz que o senhor está na Cooperativa? Como ingressou? Por que ingressou? Que cargos ocupou?)

II – Dimensão Ambiental

Bloco 1 – Sustentabilidade, Cooperativismo, Gestão e Educação Ambiental.

- 01- Para a cooperativa, é importante incorporar em suas estratégias de gestão, questões relacionadas à sustentabilidade? Por quê? Existem vantagens ao seguir os princípios sustentáveis?
- 02- Na sua visão, qual a contribuição da cooperativa para o desenvolvimento sustentável?
- 03- Na sua opinião, a cooperativa trabalha sob a ótica do desenvolvimento sustentável? Se sim, De que maneira são contemplados os aspectos econômicos, sociais e ambientais?
- 04- Qual a importância para Cooperativa em desenvolver aspectos de gestão ambiental?
- 05- Em que momento a cooperativa sentiu a necessidade de implantar em suas estratégias, aspectos de gestão ambiental? Qual foi a diferença percebida do modelo anterior?
- 06- De que maneira a cooperativa trabalha a Educação Ambiental (cooperados, colaboradores, sociedade)? Existe algum trabalho desenvolvido pela cooperativa que fomente a educação ambiental? Comente-o.
- 07- Quais são as estratégias de gestão ambiental seguidas pela cooperativa?
- 08- Quais são as políticas ambientais internas seguidas pela Cooperalfa?
- 09- Quais são os programas de gestão ambiental desenvolvidos pela Cooperalfa?

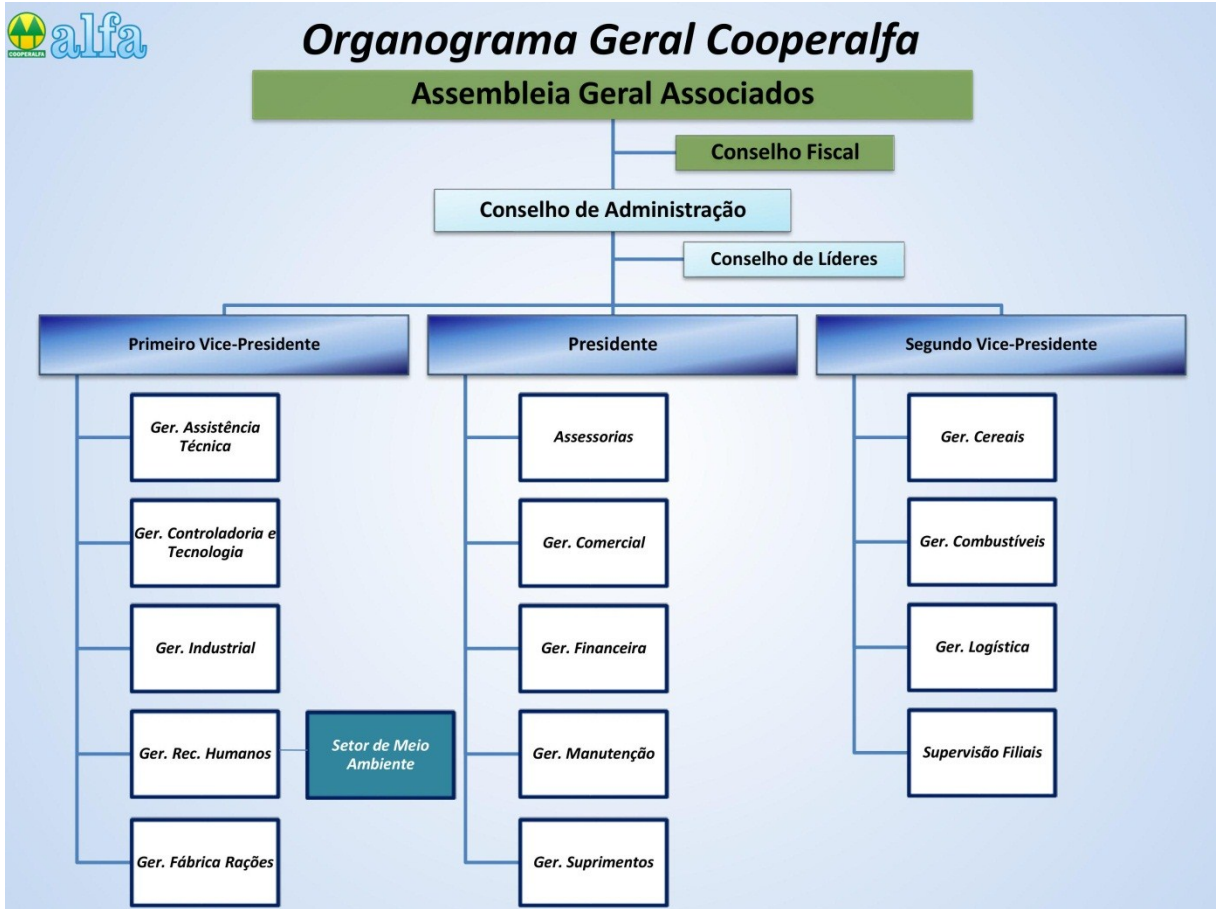
Bloco 2 - Programas ambientais Papa-Sab e Papa-Agro

- 10- No seu entendimento, como é a aceitação destes programas por parte dos associados integrados e demais clientes? A cooperativa percebe algum tipo de resistência por parte dos integrados, de participarem desses programas? Se sim, quais são essas resistências? E de que maneira a cooperativa lida com os mesmos?
- 11- Existe algum incentivo (financeiro, social e ambiental) por parte da cooperativa, que motive tanto os associados integrados como os demais clientes da cooperativa, a fazerem parte desses programas? Se sim, quais são esses incentivos e de que forma eles acontecem?
- 12- Existe algum tipo de acompanhamento, treinamento, capacitação desenvolvido pela Cooperativa com relação a esses programas? Se sim, de que forma esse acompanhamento é realizado?

- 13- Para a Cooperativa, quais são as principais contribuições e ganhos que os associados integrados e os demais clientes da cooperativa, têm ao participarem desses programas?
- 14- Quais são os principais resultados destes programas em termos econômicos, sociais e ambientais?
- 15- Na visão da cooperativa, existe algum tipo limitações (quanto à aplicabilidade, resultados, engajamento, etc.) no que se referem os programas ambientais Papa – Sab e Papa – Agro? Se sim, quais são elas?

Obrigada pela participação!

ANEXO 1



ANEXO 2

FILIAL E GRAN. DE CAXAMBU DO SUL

